



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Yasmin Silva Calandrini de Azevedo

**TENTÁCULOS DA DEPENDÊNCIA**  
UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO FRANCESA

VOLUME 1

Dissertação no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais –  
Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento orientado pelo Professor  
Doutor Miguel de Borba Sá e apresentada à Faculdade de Economia da  
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre.

Julho de 2022



FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

## **Tentáculos da dependência**

**Uma análise histórica da cooperação para o desenvolvimento francesa**

Yasmin Silva Calandrini de Azevedo

Dissertação de Mestrado na área científica das Relações Internacionais - Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, sob orientação da Professor Miguel Borba de Sá e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

2022

## Agradecimentos

---

Agradeço primeiramente ao meu orientador Miguel Borba de Sá por ter não apenas compartilhado seu vasto conhecimento comigo e inúmeros textos que serviram de base para este trabalho, mas principalmente por ter me incentivado durante todo esse processo, muitas vezes difícil, de pesquisa e escrita. Professor, sem o seu apoio e motivação contínua para me incentivar a escrever sem preocupar-me tanto com o imperativo de perfeição, eu não teria me sentido tão livre e tão capaz de realizar este trabalho.

Agradeço também ao corpo docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, todas as horas passadas neste ambiente aumentaram a minha curiosidade e sede por conhecimento. Minha vida acadêmica que começou nesta faculdade não haverá fim.

Agradeço também ao corpo docente do Instituto de de Estudos Políticos de Bordeaux (Sciences Po Bordeaux), em especial, ao Professor Patrick Zimmermann por todo apoio dado ao longo destes anos.

Estes dois centros de conhecimento foram essenciais na minha formação como estudante, profissional e indivíduo.

Agradeço também à minha família, pelo apoio constante e, principalmente, por me permitirem seguir meu percurso acadêmico tal como desejei e arcarem com os custos emocionais (e financeiros) que esta escolha possa ter ocasionado.

Aos meus amigos, agradeço imensamente por estarem sempre disponíveis para me escutar, me dar forças para seguir em frente, apesar das dificuldades e, principalmente por me proporcionarem momentos inesquecíveis.

Faltariam páginas para agradecer a todos que fizeram parte da minha trajetória acadêmica que tem seu fim marcado simbolicamente por esta dissertação. Embora este ciclo de estudos tenha chegado ao seu fim, sei que serei uma eterna estudante.

*Tout se passe comme si l'argent de  
l'aide publique était trop utile à la Realpolitik  
pour servir à lutter contre la pauvreté.*

Sylvie Brunel (Le gaspillage de l'aide, 1993)

## Resumo

---

Este trabalho busca entender a evolução do dispositivo de Cooperação para o Desenvolvimento francesa enquanto meio de manutenção da sua influência na África francófona pós-colonial bem como instrumento ao serviço do desenvolvimento econômico da França, em detrimento das ex-colônias. Com base no referencial teórico-metodológico das teorias da dependência, este trabalho parte da percepção de que a política de desenvolvimento, que emergiu a partir dos anos 1945, foi uma estratégia utilizada a fim de usufruir dos recursos destes territórios na sua política de reconstrução pós-guerra bem como uma tentativa de fortalecer os laços com os territórios coloniais nas vésperas da descolonização dos anos 1960. No período pós-colonial, quando a colonização formal chegou ao seu fim, a França teve que encontrar novos arranjos para manter a sua presença e, portanto, o seu poder. Neste âmbito, a cooperação para o desenvolvimento foi então considerada um meio para justificar a continuação da presença francesa nestes territórios. Neste sentido, este estudo argumenta que, desde a sua emergência, há uma lógica de dominação neocolonial nas práticas da ajuda para o desenvolvimento da França na África francófona, tendo, portanto, implicações na condição de subdesenvolvimento destes países. Para além, argumenta-se também que estas práticas contribuíram para que, de certa forma, a independência formal concedida a estes territórios não culminasse no fim da tutela histórica da França nesta região. Em outras palavras, décadas após a independência formal e, portanto, do fim do império colonial, a França ainda mantenha uma forte presença nesta região.

Palavras-chave: Cooperação, Desenvolvimento, França, Dependência, Neocolonialismo.

## Abstract

---

This research seeks to understand the evolution of the French Development Cooperation mechanisms as a means of maintaining its influence in post-colonial French-speaking Africa as well as an instrument at the service of the economic development of France, to the detriment of the former colonies. Based on the theoretical-methodological framework of the dependency theories, this research assumes the development policy that emerged in the 1945s, was a strategy to benefit from the resources of these territories in their post-war reconstruction program as well as an attempt to strengthen ties with colonial territories on the eve of the decolonization of the 1960s. In the post-colonial period, when the formal colonization came to an end, France had to find new arrangements to maintain its presence and therefore its power. In this context, development cooperation was then considered as a means to justify the continuity of the French presence in these territories. In this sense, this dissertation argues that, since its emergence, there is a logic of neocolonial domination in the practices of French aid for development in French-speaking Africa. Therefore, implicating the formal independence granted to these territories did not culminate in the end of the French historical guardianship in this region. In other words, decades after the formal independence and the end of the colonial empire, France still maintains a strong and diversified presence in this region while reinforcing their situation of underdevelopment and dependency.

Key-words: Cooperation, Development, France, Dependency, Neo-colonization.

## Lista de Abreviações e Siglas

---

AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAL	Bolloré Africa Logistics
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BEAC	Banco dos Estados da África Central
CAD	Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento
CCCE	Caixa Central de Cooperação Econômica
CCFL	Caixa Central da França Livre
CCFOM	Caixa Central da França Ultramarina
CEMAC	Comunidade Econômica e Monetária da África Central
CESE	Comité Económico e Social das Comunidades Europeias
CESE	Comité Económico e Social das Comunidades Europeias
CFAO	Companhia Francesa da África Ocidental
CFDT	Companhia francesa do desenvolvimento de fibras têxteis
CIAN	Conselho francês dos investidores na África
CICID	Comité Interministerial da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento
COFACE	Companhia Francesa de Seguro para o Comércio Exterior
EFG	Companhia Florestal do Gabão em tradução livre (Entreprise Forestière Gabonaise)
FIDES	Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social dos Territórios Ultramarinos
FMI	Fundo Monetário Internacional
Franco CFA	Franco das colônias francesas da África (1945-1958); Franco da Comunidade francesa da África (1958-1960); Comunidade Financeira Africana (1960-)
Franco CFP	Franco das colônias francesas do Pacífico (1945-1958); Franco da Comunidade financeira do Pacífico (1958-1960); Câmbio Franco-Pacífico (1960-actual)
LOLF	Lei Orgânica relativa às Leis de Finanças
MAE	Ministério das Relações Exteriores
MC	Ministério da Cooperação
MINEFI	Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria
NPM	Nova Gestão Pública

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAE	Programa de Ajuste Estrutural
PCDI	Partido Democrático da Côte d’Ivoire
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Parceria Público Privada
RDC	República Democrática do Congo
RGPP	Revisão Geral das Políticas Públicas
RGPP	Revisão Geral das Políticas Públicas
SBL	Sociedade das Madeiras de Lastourville (Société des Bois de Lastourville)
SCOA	Sociedade Comercial da África Ocidental
SEPCC	Sociedade de Exploração Madeireira dos Camarões em tradução livre (Société d’Exploitation des Parcs à Bois du Cameroun)
UEMOA	União Econômica e Monetária da África Ocidental
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

# Sumário

---

Introdução .....	p. 10
A França e a Ajuda para o Desenvolvimento .....	p. 11
Estratégia Analítica .....	p. 13
1. O enquadramento teórico do debate Desenvolvimento-Dependência .....	p. 17
1.1. Duas faces da mesma moeda: a relação direta entre desenvolvimento e subdesenvolvimento .....	p. 17
1.2. A dependência que gera subdesenvolvimento ou o subdesenvolvimento que gera a dependência .....	p. 21
2. Emergência e evolução da AFD. ....	p. 25
2.1. A Lei de 30 de abril de 1946 .....	p. 26
2.1.1. A Lei de 1946 e o seu papel no estreitamento das relações franco-africanas .....	p. 28
2.1.2. A lei de 1946 enquanto articulador da política de ajuda para o desenvolvimento francesa .....	p. 30
2.2. Transição do colonialismo para a (in)dependência .....	p. 33
2.3. A política de Cooperação para o Desenvolvimento francesa entre 1950 e 1990: ascensão e queda do consenso gaullista .....	p. 34
2.3.1. Ascensão do consenso gaullista enquanto articulador da política de cooperação francesa .....	p. 36
2.3.2. Queda do consenso gaullista: mudança ou reformulação? .....	p. 41
2.4. Anos 2000: entre extensão e permanência .....	p. 44
2.5. APD francesa e o setor privado .....	p. 47
2.5.1. Evolução das relações comerciais franco-africanas: a busca pelo ouro negro .....	p. 49
3. Expressões da dependência no período pós-colonial .....	p. 53
3.1. O caso do Gabão .....	p. 53
3.2. O caso da República de Côte d'Ivoire .....	p. 57
3.3. Zona Franco: de política colonial a política de cooperação .....	p. 64
3.3.1. A face oculta da cooperação monetária francesa .....	p. 66
3.4. FrançAfrique: ontem e hoje .....	p. 69

4. Conclusão .....	p. 74
5. Bibliografia .....	p. 76

## Introdução

---

O presente estudo tem como tema a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, mais precisamente, um dos seus principais componentes, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Com o intuito de ilustrar o tema, utilizaremos a política de ajuda pública ao desenvolvimento desenhada pela França, nomeadamente através de uma análise da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Neste âmbito, toda discussão voltada a este tema é permeada pelos próprios conceitos de desenvolvimento-subdesenvolvimento e pelas políticas defendidas para alcançar este objetivo, para além dos conceitos de dependência e poder.

A definição de desenvolvimento tem sido alvo de inúmeras controvérsias, já que o conceito é inerentemente complexo e aberto múltiplas interpretações que, por sua vez, possuem pressupostos implícitos de qual é a referência de desenvolvimento e qual caminho deve ser tomado para chegar a ele. Entretanto, neste estudo, consideramos que no contexto pós Segunda Guerra Mundial, a definição frequentemente aceita de desenvolvimento está ligada ao progresso socioeconômico. A expressão concreta desta visão encontra-se nas agências internacionais de desenvolvimento e, no seu produto mais conhecido, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a luta contra a pobreza.

Da mesma forma que esta visão de “desenvolvimento” hegemônica tornou-se dominante a partir do pós-Segunda Guerra, ela foi igualmente contestada. Alguns autores, tais como Dos Santos (1970) e Cardoso (1974), defendem que as “etapas” do desenvolvimento de Rostow (1961) não se enquadram na realidade dos países subdesenvolvidos e, por isto, ao serem replicadas nestes países, tendem a aprofundar a sua condição de subdesenvolvimento e, criar relações desiguais no sistema internacional. Outros, como Gunder Frank (1966) vão além e defendem que esse subdesenvolvimento dos países periféricos é fruto da própria dinâmica de expansão do sistema capitalista que, por sua vez, é capaz de promover, simultaneamente, desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Com o advento das agências nacionais para o desenvolvimento e das organizações internacionais de cooperação multilateral, o desenvolvimento e as ajudas públicas ao desenvolvimento (APD) passaram a andar lado a lado. Enquanto o desenvolvimento é o objetivo almejado, as ajudas públicas ao desenvolvimento são um dos principais instrumentos de promoção deste objetivo. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento é definida pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização de Cooperação e de

Desenvolvimento Económico (CAD-OCDE) como “todos os fluxos de subsídios ou empréstimos para países em vias de desenvolvimento ou organizações multilaterais que promovam o desenvolvimento económico e o bem-estar com o objetivo principal e/ou que contenham uma componente de concessão”<sup>1</sup>. Ela engloba então doações, empréstimos com condições favoráveis e projetos de assistência técnica, não incluindo fluxos de origem privada nem assistência militar. Entretanto, apesar das iniciativas de APD serem uma realidade que antecede o século XXI, existente desde os anos 1920 quando a França e o Reino Unido proviam assistência para os seus territórios coloniais<sup>2</sup>, considera-se o contexto pós Segunda Guerra Mundial e, o período de independências das colônias na África e na Ásia, como o verdadeiro início das APD tal como é conhecida, pois foi a partir daí que a indústria de ajuda ao desenvolvimento tomou forma e volume. Atualmente, esta indústria é capaz de gerar mais de 100 bilhões de dólares anualmente ou acima 150 bilhões se contarmos as APDs de origem privada, sendo que 1/3 deste volume tem o continente africano como destino<sup>3</sup>. Tendo em conta que 3/4 de todo o fluxo de APD mundial é feito através de canais bilaterais<sup>4</sup> e que este canal é central para os objetivos estratégicos e de política externa dos países doadores, este será o único fluxo analisado neste estudo.

### **A França e a Ajuda Para o Desenvolvimento**

A França é um ator central da cooperação para o desenvolvimento por três razões: a primeira refere-se a seu papel pioneiro como ator do desenvolvimento, sendo a AFD (antiga Caixa Central da França Livre<sup>5</sup>) a mais antiga instituição de desenvolvimento do mundo<sup>6</sup>; a segunda pela sua influência histórica dentro dos países receptores, mas também dentro das instituições de cooperação internacional; e, por fim, pelo montante destinado a esse instrumento de cooperação, contabilizando 14.1 bilhões de dólares em 2020<sup>7</sup>, o que a coloca em quinta posição no ranking em termos de volume da Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Neste âmbito, focar-se na política francesa para o desenvolvimento significa entender as

---

<sup>1</sup> OCDE. (2021).

<sup>2</sup> De Hann, A. (2009).

<sup>3</sup> *idem*

<sup>4</sup> Riddell, R. (2007).

<sup>5</sup> A partir deste ponto, todas as citações e nomenclaturas originalmente em língua estrangeira serão traduzidas livremente pela autora.

<sup>6</sup> AFD. (2021).

<sup>7</sup> OCDE. (2022).

dinâmicas de um ator decisivo nas relações internacionais e o potencial de progresso (ou não) da problemática de (sub)desenvolvimento dos países beneficiários como um todo.

O caso francês mostra-se então pertinente por três razões: apesar de ser um país defensor da cooperação multilateral em inúmeras áreas, em especial, defensor das instituições europeias, quando se refere a ajuda ao desenvolvimento, o país mantém certa autonomia, já que aloca mais de 60% do seu fluxo de APD através de canais bilaterais. Percebe-se certa continuação de alguns aspectos da época colonial, em termos de *staff*, já que com o fim da Comunidade Francesa em 1961 e no contexto da segunda onda de independências, um grande número dos administradores coloniais foi colocado em postos importantes das instituições de cooperação internacional, mas também em termos de países receptores, que são majoritariamente ex-colônias francesas e/ou países que já estiveram sob tutela francesa<sup>8</sup>.

Se, durante a Guerra Fria, a relação entre as APDs dos países doadores e as suas motivações de política externa era clara<sup>9</sup>, no pós-1990, esta relação se tornou mais incerta, já que os países doadores passaram a defender um discurso cada vez mais “humanitarista” para justificar a existência deste fluxo para com os países beneficiários. Entretanto, a indústria da ajuda para o desenvolvimento continua sendo contestada em múltiplas frentes. Há autores que defendem que as APDs falharam em reduzir a situação de pobreza dos países subdesenvolvidos (Easterly, 2001; Ferguson, 1990), outros alegam que os países beneficiários são incapazes de gerir todo o fluxo de APD que recebem (De Hann, 2009, p. 9) e, por fim, há autores que questionam a natureza da indústria de ajuda ao desenvolvimento como um todo (Escobar, 1995; Moyo, 2009).

Partindo do quadro exposto, questiona-se então as dinâmicas e os interesses que regem e estruturam a cooperação para o desenvolvimento francesa, através do seu principal instrumento, a Agência Francesa de Desenvolvimento. A nossa investigação pretende responder às seguintes questões: em que medida os fluxos de APD, nomeadamente, da Agência Francesa do Desenvolvimento possuem uma componente neocolonial e, quais as implicações disto na condição de sub(desenvolvimento) dos países receptores deste fluxo?

A hipótese que será então defendida é que, por um lado, existe um nexo entre as práticas coloniais e os programas de cooperação para o desenvolvimento e, por outro lado,

---

<sup>8</sup> Balleix, C. (2010).

<sup>9</sup> De Hann, A. (2009).

que a “ajuda” francesa pode ser entendida como uma estratégia de manutenção da sua influência (e vantagens econômicas) no mundo francófono pós-colonial.

A escolha do título deste estudo visa então enfatizar o impacto e a capilaridade destas continuidades neocoloniais e as suas diferentes expressões e, para tal, a autora se inspirou na expressão usada pelo historiador gabonês Didzambou, *presença tentacular*, para se referir a forte presença da França no Gabão<sup>10</sup>, entretanto, ao longo das suas pesquisas, a autora constatou que ela se enquadrava também na relação da França com outros antigos territórios coloniais.

É neste âmbito que o presente trabalho adquire relevância, ao colocar luz a uma situação que cria subdesenvolvimento, até em lógica contrária, já que foi criada à princípio para promover desenvolvimento. Neste sentido, este estudo se enquadra na teoria crítica e nos estudos sobre desenvolvimento, em especial, na literatura sobre pós-desenvolvimento. O objetivo do trabalho é então dual, por um lado, contribuir para os debates sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento através de uma leitura histórico-crítica do funcionamento do principal instrumento de cooperação internacional para o desenvolvimento da França, uma das potências pioneiras deste fluxo, por outro, fomentar novas análises sobre a eficácia da cooperação para o desenvolvimento, com enfoque na relação entre cooperação para o desenvolvimento e a condição de subdesenvolvimento dos países receptores.

### **Estratégia Analítica**

Na busca de enquadramentos teóricos para a hipótese proposta, este trabalho vai se beneficiar dos aportes das teorias de desenvolvimento e teorias da dependência, através de autores como: Gunder Frank (1966), Dos Santos (1970) e Cardoso (1974). Para além, considera-se essencial a utilização da literatura pós-desenvolvimento, encabeçadas pelos seguintes autores: Escobar (1995, 2005, 2012) e Easterly (2007).

Visando uma melhor compreensão e análise das dinâmicas que envolvem este dispositivo de ajuda, este estudo buscará informações tanto de fontes primárias e quanto secundárias. Neste sentido, tendo em vista o tema central e o objeto de estudo, autores

---

<sup>10</sup> Didzambou (2010)

focados na ajuda francesa para o desenvolvimento serão estudados, tais como: Balleix, C. (2010), Hugon (1982, 2007, 2010, 2014) e Naudet (2012). Para além, considera-se essencial o estudo dos documentos oficiais das instituições de desenvolvimento, sendo eles: os relatórios de Peer Review da OCDE sobre a França bem como das próprias instituições francesas, tais como a AFD e a Assembleia Nacional francesa. Ademais, autores focados na relação franco-africana serão discutidos, tais como Dramé (2014), Chipman (1989), Noirot (2012) e Verschave (1998). Por fim, será necessária a revisão dos estudos focados na indústria de ajuda para o desenvolvimento e nas questões de efetividade deste fluxo, nomeadamente através de autores como: De Haans (2009), Riddel (2007) e Jacquet (2006).

A metodologia escolhida para este estudo será uma abordagem qualitativa, com elementos de teoria crítica. Assim, ele buscará não apenas explicar a realidade, aceitando-a como ela é, mas ele visa também contribuir para a sua transformação. Neste sentido, rejeita-se o positivismo característico das teorias tradicionais de desenvolvimento. Ademais, é importante sublinhar que o objetivo não é uma análise quantitativa dos fluxos de APD da França, mas sim um estudo focado na evolução histórica desse dispositivo de ajuda e dos seus impactos nas estruturas dos territórios colonizados, através da análise de dois exemplos empíricos.

Por fim, é imperioso sublinhar que as ilustrações empíricas encontradas ao longo da dissertação, em especial no capítulo 3 deste estudo, são apenas ilustrações dos impactos da dependência pós-independência formal, não se constituindo como ‘estudos de caso’ ou ‘estudos comparativo’, pois isto demandaria um olhar mais demorado a cada um deles, o que escaparia ao escopo (e dos objetivos) do presente trabalho.

O interesse por este tema e objeto de estudo tem sua origem nas próprias vivências da autora. Ao longo do seu percurso acadêmico, nomeadamente em Portugal e na França, a cooperação para o desenvolvimento e a condição latente de “subdesenvolvimento” entrava em debate e, nestes momentos, a imagem do “bom ocidental que vai à salvação das populações menos favorecidas” surgia com certa frequência, mesmo que de maneira inconsciente. Através destas trocas, a autora percebeu que as práticas neocoloniais e as questões de desenvolvimento-subdesenvolvimento que, para ela lhe eram pareciam claras ou até mesmo óbvias em algumas situações – talvez pela sua origem enquanto cidadã de um país com passado colonial –, não eram entendidas da mesma forma pelos seus colegas e professores que, por sua vez, a olhavam de maneira mais ingênua. Daí emergiu a vontade de utilizar esta oportunidade de estudo para analisar de forma mais aprofundada estas relações

e, portanto, entender as dinâmicas e interesses por trás da indústria de ajuda para o desenvolvimento.

É fundamental enfatizar que a autora tem consciência que o presente estudo tem limitações na sua pesquisa, no que concerne, por exemplo, uma análise aprofundada dos fluxos da APD francesa em termos quantitativos. Entretanto, embora este estudo não esgote tudo que o poderia ser importante analisar sobre o objeto de estudo dentro do escopo deste trabalho, ele conseguiu, ao menos, responder à pergunta de partida proposta, confirmando a hipótese, satisfatoriamente e, lançando luz sobre relevantes aspectos neocoloniais da APD francesa.

Este trabalho será dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresentará o enquadramento teórico desta pesquisa, dividindo-se entre os conceitos de desenvolvimento-subdesenvolvimento e a sua relação com as teorias da dependência. O segundo capítulo discorrerá sobre a evolução da cooperação para o desenvolvimento da França em si, bem como seus principais instrumentos e as dinâmicas históricas que a regem. O terceiro capítulo, por sua vez, analisará como a política de ajuda ao desenvolvimento da França bem como as relações que ela manteve com os países da África francófona se expressam na estrutura destes países, através da exposição de quatro ilustrações dos impactos destas relações de dominação-dependência. Por fim, as considerações finais retomarão os argumentos desenvolvidos ao longo do estudo e dos exemplos empíricos citados, buscando responder às questões de pesquisa colocadas nesta introdução.



# Capítulo I

---

## 1. O enquadramento teórico do debate Desenvolvimento-Dependência.

Esta investigação busca analisar a possível continuação de aspectos (neo)colonialistas no âmbito do dispositivo de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) francesa, através da análise da Agência Francesa de Desenvolvimento. Isto implica perceber, num primeiro momento, o conceito de desenvolvimento e, conseqüentemente, subdesenvolvimento, para que possamos então compreender de que maneira estes conceitos se encaixam no que é a APD. Para esse efeito, a primeira parte deste capítulo analisará o conceito de desenvolvimento, mais precisamente, o conceito de desenvolvimento que está no cerne da APD e o conceito alternativo de desenvolvimento que será utilizado nesta investigação. Posteriormente, este trabalho se aprofundará sobre a relação entre a dependência e o subdesenvolvimento, através da teoria da dependência *per se*.

### 1.1. Duas faces da mesma moeda: a relação direta entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

A definição de desenvolvimento tem sido alvo de inúmeras controvérsias desde a sua criação. Este conceito é inerentemente complexo, aberto a múltiplas interpretações – e conseqüentes implicações. Entretanto, podemos identificar duas tendências mais amplas: uma ligada aos aspectos quantitativos do desenvolvimento e outra ligada à aspectos qualitativos do desenvolvimento.

A definição quantitativa do desenvolvimento relaciona este conceito à ideia de crescimento econômico, isto é, a um processo caracterizado pelo aumento e acumulação sustentada de riqueza durante um longo período<sup>11</sup>. Foi frequentemente usada pela corrente neoclássica, em que a necessidade de medir objetivamente toda e qualquer mudança impera. Esta definição do desenvolvimento emergiu logo após a Segunda Guerra mundial, podemos até mesmo considerar que o início desta “era do desenvolvimento” acontece após o discurso

---

<sup>11</sup> Legouté, J. R. (2001).

de posse presidencial de Harry Truman, quando ele declara a criação de um programa para o desenvolvimento especificadamente para as áreas subdesenvolvidas do globo<sup>12</sup>. Isto ocorreu, pois, pouco a pouco as ex-colônias tornavam-se independentes e, com elas, emergiam países com realidades completamente diferentes, se não opostas aos países ocidentais. Foi neste período que se percebeu que uma grande parte da população mundial vivia na pobreza, dentro de países considerados “atrasados” economicamente<sup>13</sup> e/ou subdesenvolvidos. Neste período – e até mesmo em algumas instituições contemporâneas, os conceitos de desenvolvimento e crescimento eram considerados praticamente intermutáveis, sinônimos. Um país em desenvolvimento era então um país capaz de sustentar taxas de crescimento positivas ao longo dos anos. Por sua vez, um país subdesenvolvido era conseqüentemente um país que não conseguia sustentar taxas de crescimento positivas. Esta conceptualização de desenvolvimento tem como expressão mais conhecida, as etapas do desenvolvimento de Rostow (1961). Sua teoria, que acabou por se tornar a teoria mais conhecida do desenvolvimento, defende uma visão linear do conceito, baseada na experiência dos países desenvolvidos da Europa, em que todas as sociedades se enquadram em cinco etapas de evolução, sendo elas: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa<sup>14</sup>. Nesta perspectiva, o progresso econômico é considerado uma condição indispensável não só para o desenvolvimento, mas também para a satisfação do bem-estar geral de uma população<sup>15</sup>.

Para além, nesta visão, defende-se a ideia de que as condições para a transição para uma sociedade desenvolvida – segunda etapa do desenvolvimento, isto é, o impulso para a desconstrução da sociedade tradicional, vem de origem externa, como reação à intromissão de uma sociedade estrangeira mais avançada<sup>16</sup>. A partir desta constatação, o desenvolvimento nada mais é do que uma sucessão de etapas, mais ou menos flutuantes a curto prazo, que se finalizam quando o país chega ao seu objetivo último: a sociedade de consumo em massa<sup>17</sup>. O subdesenvolvimento, por sua vez, é sinônimo de um atraso no processo de desenvolvimento e resultado da má implementação de políticas nacionais e/ou da má seleção de quais políticas nacionais implementar. Em outras palavras, a culpa pelo subdesenvolvimento seria de origem interna, recaindo então sobre o país subdesenvolvido.

---

<sup>12</sup> Esteva, G. (2009).

<sup>13</sup> *idem*

<sup>14</sup> Rostow, W. W. (1960).

<sup>15</sup> *idem*

<sup>16</sup> *idem*

<sup>17</sup> *Idem*, p. 18.

Por mais hegemônica que tenha sido durante todo o período que vai dos anos 1960 até o final dos anos 1990 e por mais que ela ainda tenha reverberações significativas nos dias atuais, esta visão de desenvolvimento não é capaz abranger a essência complexa deste conceito. Segundo Granger<sup>18</sup>, um conceito é uma história, isto quer dizer, a sua definição mais verdadeira se revela não através de uma das suas definições conjunturais – de um dado momento, mas sim através das suas contínuas transformações. Com o conceito de desenvolvimento não poderia ser diferente.

Assim, progressivamente e, como reação aos insucessos das políticas estritamente econômicas que foram implementadas nos países ditos subdesenvolvidos, outras dimensões dentro do conceito de desenvolvimento começaram a ser reconhecidas<sup>19</sup>. Neste período, os economistas passam a distinguir nuances entre os dois conceitos – crescimento econômico e desenvolvimento, até então considerados praticamente sinônimos. O primeiro passou a ser relacionado ao indicador econômico de Produto Interno Bruto (PIB), mais precisamente, a um crescimento sustentado durante múltiplos ciclos<sup>20</sup>. Já o segundo, teve a sua definição amplificada. A definição utilizada pelo Comité Económico e Social das Comunidades Europeias (CESE) foi a de François Perroux, um economista francês, sendo a seguinte: “é a combinação de mudanças mentais e sociais de uma população que a torna apta a fazer crescer, cumulativamente e de maneira durável o seu produto real global”<sup>21</sup>. A partir desta definição, percebe-se então que o desenvolvimento não pode se reduzir apenas ao crescimento econômico e ao seu aspecto quantitativo<sup>22</sup>. O desenvolvimento, diferentemente do crescimento econômico, engloba aspectos não mensuráveis, de ordem qualitativa, que implicam uma mudança de uma sociedade como um todo, tais como o aumento do bem-estar social, uma melhor satisfação das necessidades humanas, uma distribuição mais justa da riqueza, etc. Atualmente, propostas como o chamado Índice de Desenvolvimento Humano tentam captar estas outras dimensões qualitativas do desenvolvimento<sup>23</sup>.

---

<sup>18</sup> Granger (1955 como citado em Legouté, J. R., 2001)

<sup>19</sup> *idem*

<sup>20</sup> *idem*

<sup>21</sup> *idem*.

<sup>22</sup> *idem*

<sup>23</sup> Embora a definição do conceito de desenvolvimento acima citada tenha um carácter economicista, não podemos ignorar a existência de uma multiplicidade de outras definições deste mesmo conceito. Ao longo do décadas, percebeu-se que a definição do conceito de desenvolvimento tornou-se cada vez mais humanizada, abarcando outras noções ao conceito e, portanto, complexificando-se. Fala-se então sobre o desenvolvimento sustentável tal como definido no célebre Relatório Brundtland das Nações Unidas, isto é, um desenvolvimento econômico que satisfaça a geração atual sem prejudicar os recursos para as gerações futuras”; desenvolvimento humano, definido pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, que inclui elementos mais subjetivos na definição, tais como bem-estar social, expectativa de vida, níveis de educação etc.; desenvolvimento enquanto

Considera-se então que o crescimento econômico não é necessariamente de todo positivo nem sinônimo de desenvolvimento, já que ele pode ser acompanhado por um aumento das desigualdades, da pobreza, de efeitos ambientais negativos que, conseqüentemente, reduzem a qualidade de vida dos indivíduos. Essa mudança de definição que visa articular o crescimento econômico e o bem-estar social, acaba por participar do processo de estruturação ideológica do conceito de desenvolvimento<sup>24</sup>, em que novas dimensões para além da econômica revelam-se importantes, ou mesmo centrais. Na realidade, o que o período da célebre “década perdida”<sup>25</sup> evidenciou é que os grandes projetos de desenvolvimento, contrário à promessa dos autores desenvolvimentistas, podem trazer efeitos deletérios até do ponto de vista econômico, principalmente se for feita na forma de empréstimos ou para financiar projetos “elefante branco”<sup>26</sup>, podendo levar estes países à estagnação ou até mesmo à recessão.

Nesta investigação, considera-se que a definição de desenvolvimento Rostowniana (a partir das cinco etapas de desenvolvimento por ele definidas) insuficiente. Isto se explica através de dois pontos principais. O primeiro é que, apesar de ela ainda ter implicações significativas na criação de políticas para o desenvolvimento e na criação do Consenso de Washington dos anos 1990<sup>27</sup>, ela não abrange a complexidade inerente ao conceito de desenvolvimento, ligadas aos aspectos mais subjetivos, humanos e até mesmo ecológicos.

---

aumento das liberdades dos indivíduos de uma sociedade (Sen, 1999), etnodesenvolvimento que considera os princípios de autodeterminação e autonomia de cada comunidade no processo de desenvolvimento (Stavenhagen, 1986) etc. De maneira geral, todas estas redefinições buscam tornar este conceito qualitativamente mais rico, sem, no entanto, rejeitar o imaginário desenvolvimentista vigente.

<sup>24</sup> Granger (1955 como citado em Legouté, J. R., 2001)

<sup>25</sup> A “Década Perdida” é um termo utilizado para referência a onda de crises econômicas que afetou os países da América Latina nos anos 1980. Esse período foi uma consequência da redução dos preços das matérias-primas e o aumento das taxas de juros nos países industrializados. Muitos destes países estavam num período de crescimento econômico e investimentos em grandes projetos de desenvolvimento. Entretanto, na prática este movimento de desenvolvimento e crescimento econômica estava sendo financiado por capital externo e, conseqüentemente, endividamento. Assim, essa articulação afetou os países latino-americanos em duas frentes principais: a primeira devido as economias serem dependentes da exportação de matérias-primas e a segunda pelos empréstimos serem indexados ao dólar e com taxas de juros flutuantes. Nesse sentido, quando o valor das matérias-primas caiu e as taxas de juros dos bancos estadunidenses aumentaram como resultado dos choques do petróleo de 1973 e 1979, os países latino-americanos se tornaram incapazes de pagar as suas dívidas, já que enquanto a receita principal destes países se reduziu, as suas despesas aumentaram radicalmente. O resultado foi certo, uma crise econômica sem precedentes na América Latina. O primeiro país a declarar moratória foi o México em 1982, seguido pelo Brasil em 1987, pela Argentina em 1988 e assim em diante num mecanismo de contágio.

<sup>26</sup> A expressão popular “elefante branco” é usada para se referir aos presentes grandes e volumosos que não possuem qualquer tipo de utilidade para quem o ganhou. Ao trazer ao contexto deste estudo, a expressão refere-se então à projetos grandes e dispendiosos de “desenvolvimento” que não trarão retorno para a população ou para a economia do país, não valendo então o valor gasto e, muito menos, o endividamento feito para construí-lo.

<sup>27</sup> Granger (1955 como citado em Legouté, J. R., 2001)

Já o segundo se encontra na analogia feita com o percurso da Europa do século XVIII e os países em desenvolvimento do século XX, já que os contextos não podem ser comparados pois os países europeus não passaram pela experiência de colonização, tais como muitos dos países em desenvolvimento do século XX e, mais do que isto, não havia naquela época países já desenvolvidos que exerciam influência (e domínio) sobre eles, tais como aconteceu e acontece com os países em desenvolvimento do século atual. Por isto, considera-se problemático utilizar desta analogia tendo como o percurso europeu como padrão para se referir ao percurso que estes países devem tomar para desenvolver-se<sup>28</sup>. Na realidade, não há como considerar as etapas definidas por Rostow, já que para além dos elementos citados acima, não há países que poderiam se enquadrar totalmente na primeira etapa por ele descrita, isto é, sociedades tradicionais, sem crescimento, em que domina a agricultura de subsistência, de baixa produtividade.

Para concluir, pode-se afirmar que o conceito de desenvolvimento é mutável, plástico, e plurívoco<sup>29</sup>, podendo então ter múltiplas interpretações a depender do contexto em que se enquadra e a partir da intenção de quem o define. Neste sentido, tal como Esteva bem sintetiza, “ao longo do século, os significados associados ao desenvolvimento [...] concorreram para transformar a palavra “desenvolvimento”, pouco a pouco, em contornos tão precisos quanto os de uma ameba”<sup>30</sup>. Conforme o célebre apanágio das teorias críticas em Relações Internacionais, “toda teoria é para alguém e para algum propósito”<sup>31</sup>.

## 1.2. A dependência gera subdesenvolvimento ou o subdesenvolvimento gera a dependência?

Uma questão central no debate em torno do desenvolvimento é a sua relação com o conceito de dependência e subdesenvolvimento. À medida que a “distância” entre os países ditos em desenvolvimento e subdesenvolvimento foi aumentando, um debate em torno da dicotomia entre (sub)desenvolvimento-dependência surgiu. Até então, a visão hegemônica de desenvolvimento girava em torno da ideia de que só existia um caminho para se chegar

---

<sup>28</sup> Gunder Frank, A. (1966).

<sup>29</sup> Legouté, J. R. (2001)

<sup>30</sup> Esteva (2009, p. 10)

<sup>31</sup> Cox, R. W. (1981, p. 128)

ao desenvolvimento, sendo ele, através do modelo ocidental capitalista. Entretanto, a partir dos anos 50 e 60, maneiras alternativas de olharmos o desenvolvimento emergiram.

Diferentemente das primeiras, estas novas visões definem o desenvolvimento em termos de dominação e dependência. Autores como Gunder Frank (1966), Cardoso (1978), Faletto (1978), Dos Santos (1970) perceberam que a questão do (sub)desenvolvimento não podia ser vista no contexto de um só país, pois ela só poderia ser entendida ao considerarmos o sistema internacional como um todo. Apesar das particularidades entre cada autor, as escolas da dependência e estruturalistas<sup>32</sup> possuem um ponto em comum: a rejeição do postulado de que o subdesenvolvimento é uma problemática interna aos países que estão neste contexto<sup>33</sup>.

Nesse sentido, reconhece-se que os países do sistema internacional exercem influência (positiva ou negativa) sobre o processo de desenvolvimento e/ou no aprofundamento do subdesenvolvimento do outro. Em outras palavras, o subdesenvolvimento de um país não é apenas o resultado negativo das suas estruturas políticas, econômicas e sociais internas, como a explicação dada por Rostow, mas em grande parte um produto histórico, fruto das relações contínuas entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos<sup>34</sup>. Nesta perspectiva, o desenvolvimento não é o resultado que todos os países podem obter se implementarem as políticas corretas, na realidade, o oposto disto. O que esta escola mostra é que o desenvolvimento de alguns países só é possível se outros países estiverem em condições de subdesenvolvimento, sendo esta dicotomia resultado da própria dinâmica de expansão do sistema capitalista<sup>35</sup>.

Em suma, o processo de integração das economias nacionais no sistema internacional implica necessariamente a emergência de relações desiguais entre os países, já que a

---

<sup>32</sup> As teorias estruturalistas ou tradição cepalina (em referência à CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina) podem ser consideradas uma das primeiras reações críticas à teoria de Rostow e, de maneira geral, às teorias que definem o conceito de desenvolvimento enquanto sinônimo de modernização. Ela emergiu durante os anos 1950 e 1960, através do trabalho de economistas latino-americanos, tais como Raúl Prebisch (1950) e Celso Furtado (1961, 1974). A crítica desta teoria em relação à teoria de Rostow se encontra no seu ângulo de análise, mais precisamente, no fato de sua análise sobre as questões de desenvolvimento ser linear e considerar a condição de subdesenvolvimento como um problema nacional, quando para eles, a análise deve ser feita a partir das estruturas produtivas dos países e nas suas relações no âmbito internacional. A partir desta lógica, o desenvolvimento não seria simplesmente um atraso, mas pelo contrário, os países da periferia são mantidos nesta condição devido a dominação dos países do centro. Assim, o desenvolvimento destes países só seria possível após o fim desta relação de dominação e dependência e, através da implementação de estratégias nacionais de desenvolvimento.

<sup>33</sup> Gunder Frank, A. (1966); Dos Santos, T. (1970); Furtado, C. (1974).

<sup>34</sup> Gunder Frank, A. (1966).

<sup>35</sup> *idem*

expansão de um se faz em detrimento de outro<sup>36</sup>. Dos Santos vai além ao mostrar que estas relações desiguais criam relações de dependência multidimensionais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, já que elas condicionam as relações externas que os países mantêm, suas estruturas internas, a orientação da sua produção, as formas de acumulação de capital dominantes, a forma que a economia se reproduz e a forma que a estrutura política e social do país se define<sup>37</sup>. Estas relações têm influência direta no nível de bem-estar de uma população, afetando o nível geral de desenvolvimento nos termos aceitos nesta investigação. Para além, ele defende que esta ligação de dependência tem implicações significativas até mesmo no dispositivo de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, já o fluxo de capital que vêm dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos em forma de APD só é necessário devido a maneira que estes países subdesenvolvidos foram integrados na economia mundial bem como devido às dinâmicas que regem o processo de desenvolvimento do capitalismo, já que tende a aprofundar, à nível global, a condição de dependência e subdesenvolvimento dos países periféricos (ou “dependentes”)<sup>38</sup>.

Esta dependência multidimensional faz com que os países subdesenvolvidos facilitem a entrada de capital estrangeira para compensar o déficit da balança de pagamento, porém isto acaba por alimentar o ciclo de dependência. Então, neste sentido, o capital estrangeiro que vêm dos países ocidentais tanto em forma de Investimento Direto Externo (IDE) quanto em forma de APD vem apenas compensar a condição que eles mesmos criaram<sup>39</sup>. À título de comparação, é de se referir a análise de Dos Santos sobre os fluxos de capital entre os Estados Unidos e a América Latina, em que para cada dólar que entrava na América Latina em forma de APD ou IDE durante 1946 à 1967, 2.7 dólares saía em direção aos Estados Unidos em forma de dividendos, proporção ainda maior durante os anos 60<sup>40</sup>. Em outras palavras, o fluxo de APD não entra no país receptor gratuitamente e, muitas vezes, é pago pelo próprio receptor, tal como salientado por Dos Santos. Esta realidade se agrava ainda mais quando consideramos que as APD *per se* podem funcionar também como catalisadores deste desequilíbrio, se este fluxo de capital for vinculado à compra de bens e serviços do país doador e, principalmente, se as taxas de juros vinculadas ao empréstimo forem altas e

---

<sup>36</sup> Dos Santos, T. (1970).

<sup>37</sup> *idem*

<sup>38</sup> *idem*

<sup>39</sup> *idem*

<sup>40</sup> Dos Santos, T. (1970), p. 234.

com pagamento em moeda estrangeira, em geral, em dólar (explicado pelo conceito de “pecado original” de Berry Eichengreen, Hausmann, Panizza)<sup>41</sup>.

A partir dos elementos mostrados acima, pode-se constatar que a relação tríplice entre desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência é central para a discussão em torno das questões de desenvolvimento e, conseqüentemente, em torno da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e da AFD, em particular.

---

<sup>41</sup> O conceito de “pecado original” foi cunhado em 2003 pelos economistas Barry Eichengreen e Ricardo Hausmann, no artigo “The Pain of Original Sin”. O termo faz referência aos países que são forçados e/ou incapazes de ter acesso à empréstimos em moeda local e, por isso, têm sua dívida externa majoritariamente em moeda estrangeira. O que os economistas defendem é que a composição da dívida externa de um país tem impacto direto na sua estabilidade macroeconômica por afetar a volatilidade dos fluxos de capital, a gestão do câmbio da moeda e a notação de risco (rating) deste país. Em outras palavras, quanto maior a proporção de moeda estrangeira na composição da dívida externa de um país, maior a tendência a volatilidade e a crises econômicas.

## Capítulo II

---

### 2. Emergência e evolução da AFD

*Esse dinheiro que nós demos para ajudar os países subdesenvolvidos não é um dinheiro perdido de nenhum ponto de vista. Considero mesmo que se trata de um bom investimento.*

General De Gaulle, Coletiva de Imprensa, 14 de dezembro de 1965

Em 2020, a França investiu cerca de 12,4 bilhões de euros nos projetos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), atingindo um recorde histórico, o que corresponde à 0,53% do seu rendimento nacional bruto<sup>42</sup>. Apesar de ainda não ter atingido a recomendação do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) de alocar cerca de 0,7% do seu RNB, o país é um dos maiores financiadores de ajuda pública ao desenvolvimento, se posicionando em quinto lugar no ranking mundial por volume de APD<sup>43</sup>. Essa posição vanguardista no sistema de ajuda pública ao desenvolvimento não pode ser compreendida sem levarmos em consideração o papel decisivo e histórico do país no sistema internacional.

Antiga potência colonial europeia, a França juntamente com o Reino Unido, são pioneiros deste tipo de fluxo, já que durante os anos 1920, essas duas potências coloniais já prestavam assistência às suas colônias, mesmo que de forma preliminar<sup>44</sup>. Estas assistências durante o período colonial são essenciais para entendermos a posição privilegiada da França na ajuda para o desenvolvimento, pois elas criaram as bases não só da política de ajuda ao desenvolvimento francesa, mas também das relações da França com os países beneficiários. Em 2019, dos dez principais beneficiários do fluxo de APD francesa, seis são ex-colônias francesas (Marrocos, Côte d'Ivoire<sup>45</sup>, Camarões, Senegal, Tunísia e Vietnã)<sup>46</sup>. Por isto,

---

<sup>42</sup> Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères (2021, abril).

<sup>43</sup> *idem*

<sup>44</sup> De Hann, A. (2009).

<sup>45</sup> Optou-se por utilizar o nome original do país, Côte d'Ivoire, pois desde 1985, o país pediu aos organismos internacionais, mais precisamente, às Nações Unidas, que seu nome seja utilizado da forma original sem que haja tradução para o inglês. Neste sentido, como forma de respeito à este pedido e, por escolha da autora, o nome se manterá na forma original ao longo deste estudo.

<sup>46</sup> OCDE. (2021).

pode-se dizer que APD francesa emergiu e se consolidou majoritariamente como instrumento de manutenção da sua esfera de influência<sup>47</sup>.

Atualmente, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) é o ator central da APD francesa, porém nem sempre foi assim. Na realidade, até os anos 1990, sem status ministerial, a AFD era um ator secundário na estratégia de ajuda ao desenvolvimento francesa, sendo responsável por apenas 3 a 6% do fluxo total da APD da França<sup>48</sup>. A história da evolução da AFD, tal como de outras agências de cooperação, não é um processo imediato, mas caracterizado por inúmeros ciclos de reformas e continuidades, pois tal como defende Comming<sup>49</sup>, os processos de transformação no âmbito do desenvolvimento internacional tendem a ser caracterizados por pequenos incrementos e raras grandes mudanças. Por isso, a passagem da AFD de um ator marginal à ator central da política de ajuda ao desenvolvimento francesa foi fruto de um processo de reformas que durou mais de cinco décadas. Entretanto, antes de pensarmos na posição atual da AFD, é imperioso analisarmos o percurso feito para tal e, em especial, a lei de abril de 1946.

### 2.1. A Lei de 30 de abril de 1946 e a integração das colônias francesas na economia da metrópole.

A lei de 30 de abril de 1946<sup>50</sup> está na gênese do instrumento de ajuda francesa<sup>51</sup>. Ela instaurou a criação de um plano de desenvolvimento econômico e social das colônias francesas e, conseqüentemente, o organismo que estaria encarregado desse projeto, o Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social dos Territórios Ultramarinos (FIDES), sob responsabilidade da Caixa Central da França Ultramarina. Este plano visava modernizar por completo estes territórios, através dos recursos da metrópole. Mesmo que a ideia de desenvolvimento econômico e social das colônias não seja uma inovação, a lei de

---

<sup>47</sup> De Hann, A. (2009).

<sup>48</sup> Comming, G. D. (2017).

<sup>49</sup> *idem*

<sup>50</sup> A lei nº 46-860 de 30 de abril de 1946 autorizou o Ministro da França Ultramarina, Marius Moutet, a implementar planos de desenvolvimento econômico e social nos territórios ultramar durante um período de dez anos. O intuito era modernizar estes territórios, o que englobava o seu aparelho produtivo, de transformação, transportes e a utilização de todos os recursos presentes no território. Para gerenciar o financiamento destes projetos foi criado um fundo de investimento (FIDES), sob responsabilidade da Caixa Central da França Ultramarina, que por sua vez, receberia os seus recursos da metrópole e dos territórios interessados.

<sup>51</sup> Lickert, V. (2017).

1946 se distingue do que já havia sido implementado anteriormente. Ela foi instaurada num contexto mais reformador, pós-Segunda Guerra Mundial<sup>52</sup>, em que inúmeras instituições foram criadas e/ou tiveram seus princípios ou funcionamentos modificados.

A ideia central desta lei remonta dos anos 20, através da ideologia de “valorização das colônias”<sup>53</sup> defendida pelo político francês Albert-Pierre Sarraut, Primeiro-Ministro durante a Terceira República (1870-1940). No seu livro, *La mise en valeur des colonies françaises*, publicado em 1923, ele defende a “missão civilizadora” dos países colonizadores para com os territórios colonizados. Mesmo que ele precise uma necessidade de agir a favor do bem-estar dos povos colonizados, a visão do que significa o “bem-estar” desses povos é determinada pela metrópole e, mais do que isso, ele afirma que as colônias devem contribuir para a recuperação da França. Em suma, a ideologia por trás da lei de 1946 é, acima de tudo, uma ideologia em prol do país colonizador, a França, em que esta tem o direito de explorar as suas colônias como lhe convêm.

Oficialmente o fundo se articulou em torno de três objetivos: lutar contra a economia mercantil e contra o Pacto Colonial através da Industrialização dos territórios ultramarinos; garantir um desenvolvimento social em paralelo ao desenvolvimento econômico e, por fim, assegurar que o desenvolvimento das economias ultramarinas seja harmonioso através da utilização de capitais públicos desinteressados<sup>54</sup>. A ideia de “ajuda” é colocada no cerne deste organismo, que se situa neste processo gradual de substituição do conceito de “valorização das colônias” por um conceito mais moderno de “desenvolvimento”<sup>55</sup>.

Durante a guerra, a França sofreu perdas de todas as frentes (populacionais, econômicas, infraestruturais, de status no sistema internacional), então, assim que a guerra chegou ao seu fim, reestabelecer a grandeza do país tornou-se o lema das elites políticas francesas<sup>56</sup>. Nesse contexto, nada mais lógico então do que usufruir dos recursos dos imensos territórios ultramar que estavam sob o seu domínio e que eram infinitamente superiores aos recursos da metrópole em termos territoriais e humanos. Nesse sentido, vale mencionar que enquanto os territórios ultramar contabilizavam cerca de 9.150.000 km<sup>2</sup> e aproximadamente 51 milhões de habitantes logo após o fim da guerra<sup>57</sup>, a metrópole não

---

<sup>52</sup> *idem*

<sup>53</sup> Dimier, V. (2005).

<sup>54</sup> X X X. (1956).

<sup>55</sup> Hugon, P. (2014).

<sup>56</sup> Chipman, J. (1989).

<sup>57</sup> X.X.X. (1956)

ultrapassava 550.000 km<sup>2</sup>, com uma disponibilidade de territórios relativamente menor devido uma maior densidade populacional de cerca de 75 habitantes/km<sup>2</sup>. A partir daí, iniciou-se um processo de integração das colônias francesas, em especial africanas, na estratégia econômica e política de reconstrução da França.

É imperioso mencionar que essa manutenção dos laços coloniais como meio para usufruir dos recursos presentes nestes territórios não foi uma estratégia exclusivamente francesa. Na realidade, enquanto a reconstrução da Europa se mantivesse a maior preocupação neste período pós-45, a manutenção dos laços coloniais era considerada justificada inclusive para os países anti-imperialistas como os Estados Unidos<sup>58</sup>. Nesse período, a maior potência da época – os Estados Unidos – não só virava os olhos para os laços coloniais dos seus parceiros europeus, como também apoiava os seus esforços para manter o controle destes territórios, já que estes territórios forneciam continuamente – e quase-gratuitamente – as matérias-primas essenciais para essa reconstrução.

#### 2.1.1. A Lei de 1946 e o seu papel no estreitamento das relações franco-africanas.

Se, por um lado, o contexto pós-Segunda Guerra foi marcado pela emergência de contestações por parte das colônias francesas, mais precisamente, dos soldados africanos que participaram do exército de Liberação e que reclamavam maior igualdade<sup>59</sup>, por outro lado, a lei de 1946 acaba por reforçar os laços entre a França e as suas ex-colônias<sup>60</sup>. No curto prazo, ela reforçou os laços entre as duas regiões graças a uma componente simbólica importante: a participação dos dois lados na redação da lei<sup>61</sup>. Do lado francês, importantes personalidades da elite política francesa, tais como André Postel-Vinay, diretor geral da Caixa Central da França do Ultramarina, na época organismo central da ajuda pública francesa aos territórios além-mar, e membro do Conselho da Ordem da Libertação e, Claude Panouillot, seu diretor-adjunto<sup>62</sup>. Já do lado dos territórios coloniais, houve a participação de Gaston Monnerville, um importante político de origem guianesa, membro da Assembleia

---

<sup>58</sup> Escobar, A. (1995).

<sup>59</sup> Pacquement, F. (2010).

<sup>60</sup> Lickert, V. (2017).

<sup>61</sup> *idem*

<sup>62</sup> *idem*

Consultiva Provisória<sup>63</sup>. Sua participação foi importante devido ao seu papel na defesa da departamentalização dos territórios ultramar para que eles estivessem em pé de igualdade em relação ao Hexágono<sup>64 65</sup>.

A criação deste Fundo teve uma série de vantagens para a França, dentre as quais vale mencionar as quatro principais. A primeira de ordem dissuasiva, como forma de contornar a crescente insatisfação da população colonizada e sua demanda pelo fim da opressão colonial. A segunda de ordem política, graças a formação de um bloco de 110 milhões de habitantes que a posicionou no grupo das grandes potências mundiais. A terceira de ordem estratégica, graças ao acesso das localizações estratégicas das colônias às principais rotas comerciais mundiais. Por fim e, de caráter mais urgente, os benefícios econômicos ligados a manutenção desta relação colonial em outros moldes – Zona Franco – em que a economia desses países se articula em torno das necessidades do seu (antigo) colonizador<sup>66</sup>.

No longo prazo, esta lei estabeleceu os elementos estruturantes das atividades da AFD e benefícios duráveis, principalmente no estabelecimento das relações entre a França e os territórios francófonos que anos depois se tornariam independentes. Sobre este aspecto, vale mencionar que os territórios abrangidos por esta lei fazem parte da lista de dezesseis países prioritários da APD francesa e/ou da lista de principais beneficiários do fluxo de APD da França<sup>67</sup>. As regiões englobadas eram a África Ocidental francesa, a África equatorial francesa, Madagascar e a Guiana<sup>68</sup>, que posteriormente se tornaram, Côte d’Ivoire, Marrocos, Guiné, Mauritânia, Níger, Senegal, Togo, Gana, Mali, Camarões, República do Congo, República Centro-Africana, Gabão, Chade, Guiana, Madagascar.

Se por um lado, há autores que defendem que os anos 40 e anos 50 podem ser chamados de “Era do desenvolvimento” na medida em que a elite política francesa passa a integrar as colônias à economia nacional<sup>69</sup>, por outro, estes projetos eram principalmente voltados à exportação<sup>70</sup> e, por isto, acabam por plantar as bases do que se tornariam as economias destes futuros países independentes, isto é, economias de exportação. Por isso,

---

<sup>63</sup> *idem*

<sup>64</sup> Lacombe, P. (2021, 2 novembro).

<sup>65</sup> Metivier, L. (2021, 8 outubro).

<sup>66</sup> X.X.X. (1956)

<sup>67</sup> OCDE. (2021).

<sup>68</sup> Chiavassa, I. (1945/1962).

<sup>69</sup> Lickert, V. (2017).

<sup>70</sup> *idem*

há contradições sobre o que significa este “desenvolvimento” defendido pelos FIDES. Seria este desenvolvimento voltado para o bem-estar dos povos autóctones das colônias francesas? Ou os planos de desenvolvimento econômico e social das colônias nada mais era do que um crescimento voltado para a metrópole? Indícios do próprio texto da lei de 30 de abril de 1946 nos levam a crer que os conceitos de “desenvolvimento” e “reconstituição” podem ter inúmeras interpretações. Se no início do primeiro artigo da lei, fala-se sobre a priorização da “satisfação das necessidades dos povos autóctones e a generalização de condições favoráveis ao seu progresso social”<sup>71</sup>, logo após o texto precisa que os projetos devem “também contribuir para a execução dos programas de reconstituição e desenvolvimento da economia da União Francesa, tanto no plano da metrópole quanto nas trocas internacionais”<sup>72</sup>. Nesse sentido, reconstituição significaria reconstituir a força econômica da metrópole após os esforços de cinco anos de guerra. O desenvolvimento, por sua vez, significaria o desenvolvimento econômico da metrópole, através do aumento das trocas entre os territórios ultramarinos, exportando bens agrícolas brutos, e a economia da metrópole, reexportando os bens manufaturados<sup>73</sup>. O resultado desta dinâmica é a criação de duas economias complementares, porém desiguais, já que uma serve para satisfazer as necessidades da outra, numa lógica de dominação e submissão, reforçando, assim, a conhecida lógica centro-periferia da Divisão Internacional do Trabalho da Economia Política Internacional (Prebisch 1949; Furtado 1974).

#### 2.1.2. A lei de 1946 enquanto articulador da política de ajuda para o desenvolvimento francesa.

A lei de 1946 acaba por caracterizar o que vai ser por um longo período a política de ajuda ao desenvolvimento francesa, “uma política baseada na articulação entre uma lógica de ajuda e uma lógica de desenvolvimento da economia nacional francesa”<sup>74</sup>. Na realidade, durante todo este período pós-1945, a ajuda pública ao desenvolvimento da França, mas também do Reino-Unido e dos Estados Unidos da América, estrutura-se em torno da reconstrução econômica do pós-guerra, dos interesses político-estratégicos característicos

---

<sup>71</sup> Légifrance. (2016, 11 de dezembro).

<sup>72</sup> *Idem*

<sup>73</sup> X.X.X. (1956)

<sup>74</sup> Lickert, V. (2017).

do contexto da Guerra-Fria e da descolonização, e do desenvolvimento dos países doadores<sup>75</sup>, sendo eles os mais beneficiados desta relação. De acordo com Patrick Dramé, “[...]os créditos injetados pelo FIDES entre 1948 e 1954 permitiram a participação, junto com o Estado francês, do setor privado em sociedades de economia mista [...]”<sup>76</sup>. Neste sentido, a lei de 1946 não permitiu apenas a utilização dos recursos das colônias por parte do governo no esforço de reconstrução pós-guerra, como também permitiu o reforço dos interesses privados na África Subsaariana francesa.

Vê-se então um momento de viragem da política de cooperação para o desenvolvimento francesa. O período que antecede a aplicação da lei de 30 de abril de 1946 era marcado por fluxos de assistência pouco frequentes e descoordenados em direção às colônias, feitos através da Caixa Central da França Livre (CCFL). Criada pelo general Charles De Gaulle em 1941, com sede em Londres, esta instituição financeira atuava simultaneamente como tesouro público, banco central e banco de desenvolvimento<sup>77</sup>. Seu objetivo, tal como o seu próprio nome indica, era fornecer suporte para os territórios que apoiavam as Forças Francesas Livres<sup>78</sup> bem como controlar as trocas entre o Governo do General De Gaulle, naquele momento exilado em Londres<sup>79</sup> devido às perdas territoriais da República para o exército alemão, e os territórios ultramarinos. Em 2 de fevereiro de 1944, ela muda o seu nome para Caixa Central da França do Ultramarina (CCFOM)<sup>80</sup>. À medida que a guerra chega mais próxima do seu fim, vê-se que pouco a pouco esta instituição orienta-se em direção aos territórios ultramarinos franceses em termos geográficos, enfatizando a sua função de banco de desenvolvimento<sup>81</sup>, marcando o início das suas atividades de financiamento ao desenvolvimento<sup>82</sup>.

Se a lei de 1946 marca o início de uma política de intervenção decisiva e planejada da França no financiamento do desenvolvimento econômico e social dos territórios coloniais, em especial, no continente africano, é apenas na segunda metade dos anos 50 que o seu objetivo se torna mais claro, isto é, se portar como um banco de desenvolvimento<sup>83</sup>. É neste período que a CCFOM se transforma em Caixa Central de Cooperação Econômica

---

<sup>75</sup> Jacquet, P. (2006).

<sup>76</sup> Demers, M., & Dramé, P. (Eds.). (2014).

<sup>77</sup> AFD. (2021).

<sup>78</sup> *idem*

<sup>79</sup> Service des archives économiques et financières. (2021).

<sup>80</sup> *idem*

<sup>81</sup> *idem*

<sup>82</sup> Lickert, V. (2017).

<sup>83</sup> Service des archives économiques et financières. (2021).

(CCCE), abandonando então as suas funções de banco central, emissor de moeda<sup>84</sup>. Durante mais de vinte anos o foco da APD francesa é unicamente as suas colônias e, à medida que elas se tornam Estados independentes, o objetivo direciona-se para a manutenção desta relação com as suas ex-colônias africanas. Vê-se então a centralidade da componente cultural no âmbito desta política, já que este ministério foi explicitamente criado para reforçar as relações dos países “*du champ*”, isto é, considerados prioritários para a APD da França<sup>85</sup>. Nesse sentido, vale citar que quando as independências das colônias da África Central e África Ocidental são negociadas, a França institui um sistema de cooperação com estes países através de acordos bilaterais<sup>86</sup>. Sobre isto, em 1960, Michel Debré, Primeiro-Ministro da França na época, precisa:

Nós damos a independência na condição de o Estado se comprometer, uma vez independente, a respeitar os acordos de cooperação assinados anteriormente. Há dois sistemas que entram em vigor ao mesmo tempo: a independência e os acordos de cooperação. Um não existe sem o outro<sup>87</sup>.

Em outras palavras, a obtenção da independência destas colônias foi mediante a continuação e/ou o estabelecimento de novos acordos de cooperação com o antigo colonizador. Nesta lógica, tal como defende Escobar, o conceito de desenvolvimento e o seu mais importante instrumento, os acordos de cooperação Norte-Sul, emergiram neste período pós 45, como estratégia para recriar o mundo colonial e reconstruir as relações entre as colônias e a metrópole<sup>88</sup>. Assim sendo, esses acordos permitiram que os laços coloniais perdurassem após a ascensão à independência. Por isto, algumas instituições da época colonial se mantiveram, tal como a cooperação monetária, entretanto, sob novas formas, como é o caso da Zona Franco.

---

<sup>84</sup> *idem*

<sup>85</sup> Esta expressão comum na língua francesa não tem tradução perfeita para o português. Entretanto, neste contexto, ela refere-se aos países da zona de ação prioritária da França, sendo eles os países francófonos da África.

<sup>86</sup> Trésor International (2019, 26 de setembro).

<sup>87</sup> Atangana, M. R. (1993)

<sup>88</sup> Escobar, A. (1995).

## 2.2. Transição do colonialismo para a (in)dependência.

Ainda sobre este período de passagem das colônias francesas ao estatuto de nações soberanas, destaca-se uma mudança feita no sistema de governo destes territórios pouco antes das ascensões à independência, mas com repercussões até os dias atuais. Antes de discorrermos sobre as suas repercussões, é imperioso compreender o sistema de representação política das colônias francesas.

Durante parte do período colonial, os territórios coloniais funcionavam com um regime de representação parlamentar, isto é, cada território colonial possuía representantes em Paris. Até a Terceira República da França (1870-1940), o sistema parlamentar de representação colonial funcionou de maneira parcial, apenas a Argélia, Martinica, Guadalupe, Guiana, Ilha da Reunião, Senegal, Vietnã e a Índia francesa tinham direito à representação nas Câmaras. Todavia a partir de 1945, todas as colônias passaram a gozar de representação. Apesar de todos os custos implicados por este sistema, relativos aos custos de viagem e manutenção destes representantes em Paris, ele foi mantido durante a Terceira República e expandido durante a União Francesa (1944-1958), servindo de símbolo de união da França com os seus territórios ultramarinos<sup>89</sup>. A estratégia política por trás deste arranjo era clara, manter boas relações com os representantes coloniais<sup>90</sup> e evitar descontentamentos que pudessem afetar negativamente os interesses da França.

Entretanto, com a institucionalização da Comunidade Francesa em setembro de 1958, esta sendo a sua última tentativa de flexibilização visando acalmar a insatisfação da população colonial e sua demanda pela independência, os territórios coloniais tiveram o direito de “promulgar” a sua primeira constituição embora de maneira restrita<sup>91</sup>. Com exceção da Guiné francesa que rejeita por completo a Comunidade Francesa e se torna independente, todos os territórios ultramarinos tornaram-se parte deste novo arranjo. Esse primeiro texto, à luz da tradição francesa, extinguiu o até então sistema de representação

---

<sup>89</sup> Binoche-Guedra, J.-W. (1988).

<sup>90</sup> *idem*

<sup>91</sup> Embora os territórios ultramarinos ganhassem o estatuto de Estado com esta modificação, muitas questões importantes de um Estado ainda deveriam se manter sob jurisdição francesa, tal como: a política externa, de defesa, monetária, econômica e, inclusive, os recursos naturais – abundantes – destes territórios. Neste sentido, os territórios ultramarinos se tornariam uma comunidade de carácter federal, tendo a França como centro de tomada de decisões.

parlamentar colonial e instituiu a existência de um Chefe de Governo (presidente) para cada Estado-membro.

Sobre esta alteração no sistema de representação das coloniais às vésperas da independência destes países, há um debate. Há quem defenda que a ideia por trás era preparar um regime presidencial para que todos os poderes se concentrassem nas mãos de uma única pessoa, o Chefe de Governo, já que assim bastava controlar ou convencer apenas uma pessoa para controlar o país inteiro<sup>92</sup>. Essa é o argumento defendido por alguns especialistas em assuntos africanos, tal como Nathalie Yamb, ativista suíço-camaronense. Por outro lado, há quem defenda que a influência francesa sobre esta primeira constituição não foi de todo direta, mas de maneira indireta, através da cultura escolar francesa adquirida pelos líderes africanos que a desenharam<sup>93</sup>. Este é o caso de Albert Mabileau, pesquisador francês, que alega que o sistema político comum entre as antigas colônias francesas e similar ao sistema político do seu antigo colonizador se deve à cristalização do sistema político instaurado pela Comunidade Francesa bem como à uma certa aceitação da herança francesa e de suas instituições por parte dos governantes africanos<sup>94</sup>.

Para além deste debate, dois fatos são claros: o primeiro é a preferência pelo regime político presidencialista na África francófona após a independência; o segundo é que o sistema presidencial instaurado facilita a continuação dos laços pessoais entre a França e os líderes africanos. Pode-se até mesmo dizer que é esta concentração de poder frequente nas antigas colônias francesas que permite a existência da FrançAfrique<sup>95</sup>.

### 2.3. A política de cooperação francesa entre 1950 e 1990: ascensão e queda do consenso gaullista.

A política de cooperação francesa e, conseqüentemente, seus instrumentos passaram por constantes evoluções ao longo da segunda metade do século 20. Com os movimentos de independência logo após a Segunda Guerra Mundial, seguido da ascensão das suas colônias

---

<sup>92</sup> Fröhlich, S. (2020, 1 de agosto).

<sup>93</sup> Mabileau, A & Meyrat, J. (1967).

<sup>94</sup> *idem*

<sup>95</sup> O conceito de “FrançAfrique” será explorado mais adiante no capítulo 3.

à independência nos anos 60<sup>96</sup>, a França teve que se readequar e se reposicionar para manter a sua influência neste novo contexto.

Desde meados da Guerra e, em especial, nos anos 50, uma personalidade francesa ascendeu no governo. Eleito presidente em 1958, quando as reivindicações pela independência estavam palpáveis, De Gaulle tomou as rédeas destas negociações. Em uma coletiva de imprensa realizada em 15 de abril de 1961, De Gaulle argumenta:

A descolonização é do nosso interesse e, conseqüentemente, da nossa política. Por que razão nos manteríamos agarrados a dominações dispendiosas, sangrentas e sem saída, quando o nosso país tem de ser completamente renovado?<sup>97</sup>

Entretanto, a renovação citada não se aplica aos princípios centrais da política francesa, mas sim as suas estratégias e instrumentos. Em relação ao continente africano, De Gaulle sempre exaltou a importância estratégica desta região para o reforço da posição da França no cenário internacional, em especial, no pós-45. Assim, ao defender a descolonização destes territórios, o real objetivo não era deixá-los completamente livres das relações com o seu antigo colonizador, mas sim manter e até mesmo reforçá-las. Foi neste período que a cooperação se estruturou e se tornou eixo central dos discursos da França em relação as suas antigas colônias.

A partir da visão de De Gaulle em relação à África e ao que ele considerava às necessidades e os interesses da França neste período, “criou-se” o consenso gaullista. O consenso gaullista é então uma posição política de defesa e segurança defendida indiretamente pelo General Charles de Gaulle durante o seu mandato, servindo como princípio estruturador da política de cooperação francesa que perdurou para além do fim do seu mandato em 1969.

Suas ideias refletiam uma visão do que deveria ser a política de ajuda pública ao desenvolvimento da França, sendo ela: crença no excepcionalismo francês como força

---

<sup>96</sup> A ascensão à independência das colônias francesas começou em outubro de 1958, com a Guiné Conacri, o primeiro território sob domínio colonial francês a se tornar independente. Entretanto, foi em 1960 que este movimento se tornou mais intenso. Só em agosto deste mesmo ano, 9 colônias francesas se tornaram independentes: Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo-Brazzaville, Madagáscar, Mauritània, Gabão, República Centro-Africana, Côte d'Ivoire, Mali, Níger, Senegal e Togo.

<sup>97</sup> Coletiva de Imprensa, Paris, 15 de abril de 1961 como citado em Quantin, P. (1982).

civilizadora no resto do mundo, sendo que este excepcionalismo só poderia se expressar plenamente se a França estivesse na liderança; crença de que a APD francesa deveria se concentrar na África francófona de forma a consolidar sua influência política, seu acesso as oportunidades econômicas e recursos minerais; e, por fim, necessidade de autonomia na sua política externa<sup>98</sup>.

Em suma, apesar de defender as independências e o sistema colonial como “dispendioso”, De Gaulle ainda considerava o continente africano um recurso essencial para que a França atingia os seus objetivos, assim como na época colonial. Neste seguimento, a política de cooperação pode ser vista como uma reconversão de uma política colonial insustentável<sup>99</sup> e o consenso gaullista como fruto desta visão colonial revisitada.

### 2.3.1. Ascensão do consenso gaullista enquanto elemento articulador da política de cooperação francesa.

A centralidade da África na política de cooperação francesa que se formava durante o final dos anos 50, e principalmente durante os anos 60, era tão explícito que o Ministério da Cooperação, criado por De Gaulle em 1959, passa a ser comumente chamado de “Ministério da África Negra”<sup>100</sup>. Na realidade, uma peculiaridade organizacional da ajuda francesa durante este período era a existência de um conselheiro para os assuntos africanos no próprio escritório do presidente francês, o que possibilitava que o presidente tivesse uma transmissão direta e, praticamente em tempo real, das mensagens dos chefes de Estado africanos, das empresas francesas com atividades no continente e, de maneira geral, de todos os atores relacionados de alguma maneira com o continente<sup>101</sup>.

À medida que as ex-colônias se tornavam independentes, a ajuda francesa se articulava e estendia o seu campo de ação. Como consequência, o Ministério da Cooperação que, em 1964, contabilizava 154 agentes, em 1996 este número passa para 637 pessoas na administração central e 366 pessoas nas missões de cooperação<sup>102</sup>. No setor administrativo, a missão dos agentes era o reforço das capacidades locais, o que se dava através da tomada

---

<sup>98</sup> Gregory, S. (2000).

<sup>99</sup> Quantin, P. (1982).

<sup>100</sup> Comming, G. D. (2017).

<sup>101</sup> Cyrille (1995 como citado em Lancaster, 2007, p. 167).

<sup>102</sup> Cumming (2001 como citado em Pacquement, 2010)

provisória de responsabilidades nas novas administrações, apoiando-as neste processo de constituição de um Estado e no aconselhamento em projetos de desenvolvimento<sup>103</sup>. Entretanto, a atuação destes agentes de cooperação e/ou cooperantes não se resumia ao trabalho administrativo, pois eles podiam também atuar nas atividades culturais e científicas como pesquisadores e professores, nas instituições de empréstimo de capital francês, em organizações especializadas no setor ferroviário, aeronáutico e de comunicações como especialistas, ou até mesmo nas atividades de âmbito militar<sup>104</sup>. Na realidade, estes agentes para a cooperação tinham a missão de servir de elo de continuidade da administração colonial neste novo período e, por isto, a sua presença em uma gama de setores e atividades heterogêneos.

Percebe-se que apesar das trajetórias das ex-colônias francesas nesse contexto pós-independência se diferenciarem pouco a pouco, de maneira geral, a presença francesa se manteve substancialmente forte, sobretudo em países como a Côte d'Ivoire e Madagascar<sup>105</sup>. No contexto geral da cooperação francesa neste período de transição de inúmeras das suas colônias para países independentes, vale mencionar que durante os anos 50,  $\frac{3}{4}$  do fluxo total da APD francesa tinha como destino a África subsaariana.

Durante cinquenta anos a cooperação para o desenvolvimento com a África subsaariana tem sido um pilar da política internacional da França<sup>106</sup>, correspondendo a, em média, 40% a 50% do total da APD bilateral da França sem que haja questionamentos sobre a sua natureza “(des)politizada” ou “desinteressada”<sup>107</sup>. Essa política francesa em relação a África faz parte de um projeto muito mais amplo da política externa de Paris, isto é, desenvolver e reforçar as empresas multinacionais do país para que estas sejam capazes de competir com os grupos estrangeiros<sup>108</sup>. Logo, defende-se que os acordos bilaterais de cooperação instaurados neste período concernem menos os Estados africanos do que os grandes grupos industriais franceses e as suas filiais na África<sup>109</sup>. Esta hipótese se reforça ao verificar-se que até o fim dos anos 90, as APDs francesas eram vinculadas<sup>110</sup>, isto é, o capital

---

<sup>103</sup> Hugon, P. (2014).

<sup>104</sup> *idem*

<sup>105</sup> *idem*

<sup>106</sup> *idem*

<sup>107</sup> Jacquemot, P. (2011).

<sup>108</sup> Bouamama, S. (2021).

<sup>109</sup> Hugon, P. (2007).

<sup>110</sup> *idem*

da ajuda ou empréstimo deveria ser gasto em bens ou serviços originários do país doador, intensificando, assim, a relação de dependência.

Assim, a cooperação funcionava como meio para manter as zonas de influência política e econômica num contexto em que emergiam novos concorrentes, porém de forma menos deslegitimada que a colonização direta<sup>111</sup>. No caso francês, as empresas que lucraram com estes tipos de acordos foram, em especial, as empresas de construção civil, tais como Bouygues e Dumez e, as empresas de água e eletricidade, tais como Bouygues, Électricité de France (mais conhecida como EDF), Lyonnaise des Eaux (desde 1997 parte do grupo Suez) e Vivendi<sup>112</sup>. Pouco a pouco, o setor central desta ajuda vinculada passa a ser o setor petrolífero e bancário, através de empresas como o grupo Total no âmbito petrolífero e Banque Nationale de Paris, a Société Générale e o Crédit Lyonnais no setor bancário, tendência que mantém-se atualmente.

Nas primeiras décadas que seguiram logo após a independência das colônias na África, o capital privado local não tinha forças para desempenhar um papel importante no desenvolvimento econômico e industrial da região<sup>113</sup>. Neste contexto, a ajuda francesa parece então uma necessidade, já que o aparelho estatal e as empresas públicas destes novos Estados precisavam ser financiados de alguma forma. Por isto, mesmo que o Estado tivesse o controle do capital, a passagem de uma economia colonial para uma economia pós-colonial foi financiada majoritariamente a partir da exploração dos recursos naturais, do comércio externo e com capital privado estrangeiro<sup>114</sup>. Esse “desenvolvimento” financiado através do aporte externo era considerado um impulso essencial para o processo de desenvolvimento dos países recém-independentes<sup>115</sup>, conforme preconizado pelas visões tradicionais sobre desenvolvimento em voga, como as Teorias da Modernização de Walt Rostow, dentre outros.

É necessário sublinhar que o conceito de desenvolvimento enquanto objeto de estudo estava tomando forma, isto é, a economia do desenvolvimento enquanto ramo da economia ainda era muito recente, tendo emergido após a Segunda Guerra. Consequentemente, os estudos sobre o que era desenvolvimento, por que há países “em desenvolvimento” ou

---

<sup>111</sup> Bouamama, S. (2021).

<sup>112</sup> *Idem*

<sup>113</sup> *idem*

<sup>114</sup> *idem*

<sup>115</sup> Hugon, P. (2007).

“subdesenvolvidos” e, como solucionar este “problema” eram pioneiros e muitas vezes tinham visões bastante lineares sobre o conceito.

Nesse seguimento, esta ideia de que o desenvolvimento destes países adviria de aporte externo encontrou a sua justificativa teórica nas análises de economistas como Ragnar Nurkse. Considerado um dos pioneiros da economia do desenvolvimento, Ragnar desenvolveu em 1953 a teoria dos ciclos viciosos em que defendia que o problema dos países em desenvolvimento era a falta de renda da população, que era na sua maioria pobre. Por causalidade, esta falta de renda gerava uma insuficiência de poupança e, portanto, de investimento para o desenvolvimento do país. A partir desta ótica, o subdesenvolvimento seria uma condição possível de ser alterada apenas por interferência externa<sup>116</sup>. Isto porque inúmeros fatores presentes nestes países reforçavam a sua condição de subdesenvolvimento (pobreza, insuficiência de renda, de poupança e de investimento), fazendo com que o investimento necessário para quebrar este ciclo só pudesse vir do exterior.

Entretanto, no caso da África, o resultado foi a construção de uma economia centrada para o estrangeiro, uma economia rentista, dependente e pouco dinâmica<sup>117</sup>, já que ela beneficiava maioritariamente as empresas do setor de importação/exportação, de exploração de bens primários (bens agrícolas, minérios e petróleo) e do setor bancário<sup>118</sup>.

Nesse sentido, a partir dos anos 90, esta imagem de “doador nobre” passa a ser debatida dentro do próprio governo francês. Na realidade, isto ocorre num contexto em que o mecanismo de Ajuda Pública ao Desenvolvimento como um todo estava sofrendo uma certa “*fatigue*”. Esse sentimento se explica majoritariamente por dois motivos: como resposta a crise da dívida externa que ocorreu na década anterior (“a década perdida”) e

---

<sup>116</sup> Ragnar Nurkse não é o único a defender que a condição de subdesenvolvimento e pobreza só podem ser superadas com aporte externo. O economista americano Jeffrey Sachs, na sua teoria intitulada “armadilha da pobreza” (*poverty trap* em inglês) defende uma ideia similar. Para ele também, um país pobre não pode sair da condição de pobreza sem o aporte financeiro externo. Embora a solução para esta condição de pobreza e subdesenvolvimento seja igual para ambos os economistas, isto é, a necessidade deste aporte externo para o impulso para o desenvolvimento, as causas para esta condição se diferem. Neste sentido, enquanto Sachs defende que o problema do desenvolvimento está nos fatores geográficos destes países (clima, acesso ao mar, solo, etc), Nurkse aponta a falta de rendimentos da população como causa desta condição.

<sup>117</sup> É imperioso ressaltar que a emergência de uma economia rentista e dependente da exportação de bens primários não é o único resultado possível. A experiência asiática nos demonstra que a transição de uma economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento à uma economia desenvolvida, industrializada e exportadora de tecnologia de ponta é possível. Uma possível causa identificada para explicar esta diferença entre as experiências asiática e africana se encontra na atuação dos governos nacionais, mais precisamente, no fato dos governos dos países asiáticos terem encabeçado todo a estratégia e processo de industrialização. As experiências de cada país neste processo e tentativa de desenvolvimento é única, devido às especificidades econômicas, culturais e estruturais de cada país, entretanto, percebeu-se que a maior parte dos casos de sucesso ocorreram no Sudeste Asiático e tinham os seus governos nacionais enquanto elemento central deste processo.

<sup>118</sup> Hugon, P. (2007).

como reação aos fracassos explícitos dos projetos de desenvolvimento que foram implantados em algumas regiões subdesenvolvidas, a África subsaariana sendo a principal delas.

Assim, em 1990, no âmbito do dispositivo francês de ajuda, uma Comissão presidida por Stéphane Hessel, embaixador naturalizado francês e de nacionalidade alemã, critica, entre outros elementos, a concentração da ajuda bilateral francesa no continente africano, em especial, na África negra ao sul do Saara, sublinhando as “continuidades do período de descolonização”<sup>119</sup>. Em outras palavras, o fato da prioridade da APD da França manter-se as suas antigas colônias da África<sup>120</sup> durante cinco décadas e o fato dos muitos dos seus agentes terem persistido desde a administração colonial<sup>121</sup> passam a ser fortemente questionados. Esta crítica não era uma novidade, já que o mesmo tinha sido apontado por outros relatórios também frutos de comissões solicitadas pelo governo francês, os dois mais conhecidos após o Relatório Hessel, sendo o Relatório Jeanneney (1964) ou o Relatório Gorse (1971)<sup>122</sup>. Entretanto, eles estão longe de serem os únicos relatórios, já que entre 1960 e 2003, cerca de quarenta relatórios sobre a ajuda francesa e seus diferentes componentes foram realizados e, repetidamente ignorados<sup>123</sup>. Entretanto, o que difere o Relatório Hessel não é tanto a sua análise e recomendações sobre a ajuda francesa e a maneira que ela é alocada, mas sim o contexto em que ele chegou, isto é, em um contexto em que o dispositivo da ajuda pública ao desenvolvimento como um todo já estava a ser questionado na França e em outros países.

Na realidade, durante todos esses quase cinquenta anos de Guerra Fria, o foco da APD francesa na África subsaariana é justificado menos por questões de desenvolvimento e mais por questões de importância geopolítica clássicas do período: receio do comunismo, vontade de influenciar nas votações no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas ao seu favor; e, preocupações especificadamente francesas na região: manutenção da francofonia e questões petrolíferas<sup>124125</sup>.

---

<sup>119</sup> Meimon, J. (2007).

<sup>120</sup> Lickert, V. (2017).

<sup>121</sup> Jacquemot, P. (2011)

<sup>122</sup> Lancaster, C. (2007).

<sup>123</sup> *idem*

<sup>124</sup> Hugon, P. (2007).

<sup>125</sup> Hugon, P. (2010).

### 2.3.2. Queda do consenso gaullista: reformulações e continuidades.

Desde os anos 60, a APD francesa era inspirada pela lógica ou consenso gaullista, isto é, uma crença na necessidade de que manter a sua influência na África subsaariana era central para que a França protegesse a sua posição no ranking de grandes potências nesse período pós-colonial<sup>126</sup>. Este consenso explica a relação de certa forma única da França com as suas ex-colônias na África subsaariana, em que apesar das ex-colônias se tornarem países independentes, os laços pessoais entre os políticos franceses e africanos não só se mantiveram como foram reforçados. Na relação entre países, isto refletiu-se não apenas na continuação, mas também na criação de novos laços comerciais, de cooperação para o desenvolvimento, financeiros, militares e diplomáticos<sup>127</sup>.

Entretanto, ao longo dos anos 70 e anos 80, percebe-se que a França tem meios limitados para enfrentar a complexa realidade do continente africano<sup>128</sup>, pois apesar do fluxo constante de APD em direção à esta região, os problemas se mantêm. Para além, já nos anos 80, mas principalmente nos anos 90, críticas em relação a eficiência da ajuda francesa e em relação ao papel da França nos movimentos de democratização surgidos no continente neste período emergem de todos os lados<sup>129</sup>. No final dos anos 90 a pressão para mudança se intensifica e o consenso gaullista que até então ditava a política de ajuda francesa começa a perder espaço dentro do próprio governo.

Com a chegada de Lionel Jospin como Primeiro-Ministro da França, depois da vitória do partido socialista nas eleições legislativas em 1997, a agenda reformista ganhou espaço<sup>130</sup> e a cooperação para o desenvolvimento da França passou por mudanças significativas. A peculiaridade deste momento se justifica pela existência de uma coabitação entre o partido de centro-direita, encabeçado pelo Presidente da República Jacques Chirac, e o partido

---

<sup>126</sup> Moncrieff, R. (2012, janeiro).

<sup>127</sup> *idem*

<sup>128</sup> Comming, G. D. (2017).

<sup>129</sup> Entre 1990 e 1995, emergiu na África Subsaariana uma onda de movimentos de democratização. Esta onda atingiu inúmeros países do continente, tais como o Benim, Gana, Guiné-Bissau, Côte d'Ivoire, Congo, Angola, Níger, Quênia, Burkina Faso, entre outros. A grande maioria destes países possuíam, desde a sua independência que tinha ocorrido há duas décadas, regimes políticos autoritários. Estes movimentos criaram esperanças de que o continente africano iria estar definitivamente no grupo de países democráticos. Entretanto, os resultados destes movimentos a favor da democratização foram bem divergentes. Enquanto alguns países conseguiram ter avanços democráticos (e.g. Benim), outros tiveram o efeito reverso, isto é, um retorno do autoritarismo, com ondas de violência que chegaram em golpes de Estado em alguns dos países. Para saber mais ler: Guèye, B. (2009).

<sup>130</sup> Moncrieff, R. (2012, janeiro).

socialista, encabeçado por Lionel Jospin. Em períodos em que o Chefe de Estado corresponde a maioria parlamentar, lhe é atribuído decidir as diretrizes da política externa da França, entretanto, em períodos de coabitação, tais como este, a relação se inverte, isto é, o Chefe de Estado se encontra numa posição mais desfavorável relativamente ao Chefe do Governo. Isto acontece, pois, o Presidente é forçado a nomear um Primeiro-Ministro do partido pertencente à maioria parlamentar que lhe é politicamente oposta.

O período de coabitação de Chirac e Jospin (1997-2002) seguiu esta lógica, em que Jacques Chirac teve a sua influência política restringida por não pertencer a maioria parlamentar e, por isto, se viu obrigado a aceitar algumas grandes reformas instituídas pelo partido socialista<sup>131</sup>. Nesse seguimento, o debate entre os favoráveis à continuação do consenso gaullista e os defensores de uma transformação nas relações com a África, teve como ganhador o segundo grupo<sup>132</sup>. Até então, a estrutura da APD francesa tinha como peça central o Ministério da Cooperação (MC) ou Ministério da África negra e o Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria (MINEFI). O primeiro, tal como o apelido indica, se centrava nos países africanos, na sua maioria francófonos, responsabilizando-se, em especial, pelos projetos culturais, de cooperação técnica e, secundariamente, com questões de assistência orçamentária<sup>133</sup>. Isto ocorria através do Fundo de Ajuda e Cooperação, correspondendo a aproximadamente 23% do orçamento total da APD da França entre 1980 e 1997<sup>134</sup>.

Já o segundo, se ocupava das questões financeiras, tais como questões da zona franco, dos subsídios concedidos, dos fluxos de APD ligados aos ajustamentos estruturais no pós-crise dos anos 80 com os países devedores e, por fim, das oportunidades comerciais que poderiam ser exploradas através da ajuda para o desenvolvimento<sup>135</sup>. Por fim, havia o Ministério das Relações Exteriores (MAE), com apenas 9% do orçamento total, se responsabilizando pelos fluxos com os países *hors champ*, isto é, todos os países fora da esfera de ação prioritária da França<sup>136</sup>, o que até os anos 80, se resumia nos fluxos com o Magreb<sup>137</sup>.

---

<sup>131</sup> Vie Publique. (2019,, 19 de junho).

<sup>132</sup> Bourmaud (2011 como citado em Comming, 2017).

<sup>133</sup> Bourmaud, D. (1995).

<sup>134</sup> Comming, G. D. (2017).

<sup>135</sup> *ibidem*

<sup>136</sup> *ibidem*

<sup>137</sup> Bourmaud, D. (1995).

Como citado anteriormente, a AFD tinha um papel secundário na APD da França. No entanto, este contexto reformista acaba por posicioná-la progressivamente como ator decisivo na política de ajuda de Paris, tal como a vemos nos dias atuais. Isto foi resultado de uma série de mudanças estruturais que ocorreram no âmbito institucional da França. Sobre isto, é importante citar o fim do Ministério da Cooperação e a transferência das suas responsabilidades para o Ministério das Relações Exteriores, a criação do Comité Interministerial da Cooperação e do Desenvolvimento (CICID) e, por fim, a designação da AFD como ator principal da ajuda francesa ao desenvolvimento<sup>138</sup>.

Mesmo que durante este período a AFD estivesse sob tutela do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia e das Finanças, gradualmente ela teve as suas responsabilidades e recursos de APD acrescidos, o que ocorreu graças a uma transferência de responsabilidades por parte do MAE<sup>139</sup>. Essa transferência de responsabilidades do MC ao MAE e, posteriormente à AFD, foi uma mudança decisiva no âmbito da APD francesa, pois criou um contexto propício a outras reformas<sup>140</sup> em termos organizacionais, estratégicos e em zona de ação da ajuda. Este acréscimo das responsabilidades implicou então um aumento considerável da sua equipe. Assim, nos anos 2000, a Agência francesa de Desenvolvimento expandiu consideravelmente sua esfera de ação, investindo em projetos na América Latina, na Ásia Meridional, chegando até mesmo na China e na Indonésia<sup>141</sup>. A ideia que passou a prevalecer era que a APD deveria se concentrar na África e nos países em desenvolvimento da América do Sul e da Ásia, já que era nestes lugares que se encontravam as populações menos favorecidas<sup>142</sup>.

#### 2.4. Anos 2000: entre extensão e permanência.

Este alargamento de escopo das áreas de ação da AFD veio conjuntamente com uma necessidade de profissionalização da ajuda pública ao desenvolvimento, que passou a se tornar uma indústria de fato. Isto se explica por um lado, como um resultado natural da sua evolução e do aumento das suas atividades e, por outro, como consequência de uma

---

<sup>138</sup> *ibidem*

<sup>139</sup> Comming, G. D. (2017).

<sup>140</sup> *ibidem*

<sup>141</sup> AFD. (2021).

<sup>142</sup> Comming, G. D. (2017).

necessidade cada vez maior de que esta política e este fluxo tivessem uma justificativa credível, elemento não tão central nas décadas anteriores.

No seguimento desse processo de modernização, a partir dos anos 2000, a AFD passou a ser regida pelos princípios da New Public Management (NPM)<sup>143</sup>, num momento em que a missão da AFD tornou-se reforçar a efetividade e legitimidade da ajuda francesa<sup>144</sup>. Este conceito de NPM que tinha emergido há quase duas décadas, durante a chamada contrarrevolução neoliberal, passou a estar presente nos princípios de gestão de inúmeras instituições do domínio da assistência para o desenvolvimento a partir dos anos 90<sup>145</sup>. A partir de então, o conceito de prestação de contas e responsabilidade se tornou central para a ajuda pública ao desenvolvimento e, como resultado, esta política pública passou a ser uma das mais avaliadas do mundo<sup>146</sup>.

Na França, a implementação da NPM foi tardia e gradual, por volta dos anos 2000. Em 2005, este processo de modernização culminou na iniciativa intitulada “Revisão Geral das Políticas Públicas” (RGPP) publicada em 2007 e, em especial, na reforma financeira de todas as instituições francesas, conhecida como Lei Orgânica relativa às Leis de Finanças” (LOLF)<sup>147</sup>. Inspiradas em uma lógica utilitarista em que a eficácia só poderia ser atingida através da economia dos meios, ou seja, em que as ações humanas e os meios utilizados devem ser justificados através do fim esperado<sup>148</sup>. Em outros termos, a ideia de fazer com que os gastos públicos se articulassem em torno da relação objetivos/resultados, distanciando-se da lógica keynesiana que influenciava as finanças públicas desde o pós-crise de 1929 e aproximando-se dos modos de gestão das empresas privadas<sup>149</sup>. Assim, o objetivo global desta reforma é o aumento a eficácia das finanças públicas, a redução do gasto público e, por fim, uma melhor utilização do crédito público<sup>150</sup>.

---

<sup>143</sup> O conceito de New Public Management é regido por três aspectos centrais: gestão baseada em resultados, prestação de contas e segmentação de responsabilidades. Estes princípios foram inicialmente implementados por países como a Nova Zelândia, Suécia e Reino Unido, porém pouco a pouco se expandiram para os países desenvolvimento e para o resto do mundo. Atualmente, o New Public Management está de certo modo institucionalizado nas instituições de cooperação internacional e ajuda pública ao desenvolvimento, já que muitos dos princípios do conceito de NPM fazem parte das exigências dos doadores, sendo eles: gestão baseada em resultados, prestação de contas, importância da eficiência e despolitização das políticas de implementação. Para saber mais, ler Naudet, J. D. (2012).

<sup>144</sup> OCDE (2004).

<sup>145</sup> Naudet, J. D. (2012).

<sup>146</sup> *ibidem*

<sup>147</sup> Touati, S. (2007).

<sup>148</sup> Calmette, J. (2006).

<sup>149</sup> *ibidem*

<sup>150</sup> *ibidem*

No âmbito da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, isto se traduziu na simplificação do organograma do dispositivo francês, utilizando como modelo, a agência de desenvolvimento estadunidense (USAID)<sup>151</sup>. Ainda seguindo esta ambição, em 1998, através do decreto nº 98-66, foi criado o Comité Interministerial da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento (CICID)<sup>152</sup>. Segundo o seu decreto fundador, este órgão governamental francês se reúne uma vez ao ano – podendo ser mais – para definir as orientações centrais da política de cooperação internacional e ajuda ao desenvolvimento francesa, o que inclui os fluxos bilaterais e multilaterais<sup>153</sup>. Em outras palavras, o CICID é responsável pela definição da Zona de Solidariedade Prioritária<sup>154</sup>, das prioridades geográficas e setoriais de intervenção, para além de ser responsável pelo acompanhamento e pela avaliação da conformidade dos projetos com os objetivos e meios fixados. Em outras palavras, este comitê define as diretrizes que guiam toda ação dos órgãos e agências envolvidos no que concerne a ajuda pública para o desenvolvimento da França.

A partir da criação do CICID, há uma maior concertação das estratégias entre os Ministérios diretamente envolvidos na cooperação para o desenvolvimento da França, sendo eles: o Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros; o Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria; o Ministério do Interior; o Ministério do Orçamento, Finanças Públicas e Função Pública; o Ministério da Educação Nacional, o Ministério da Defesa; o Ministério da Transição Ecológica e Solidária e o Ministério do Ultramar, sendo que os três primeiros asseguram o secretariado permanente do CICID<sup>155</sup>. A partir dessas definições que a AFD define a sua estratégia na escolha de regiões e projetos prioritários. Como mencionado anteriormente, a reforma de 1998 consagrou a AFD como instrumento central da ajuda francesa, entretanto esse processo se desenrolou em várias etapas.

---

<sup>151</sup> Touati, S. (2007).

<sup>152</sup> Vie Publique (2019, 19 de junho).

<sup>153</sup> Direction générale du Trésor. (2018, 28 de dezembro).

<sup>154</sup> A Zona de Solidariedade Prioritária engloba os países em que a ajuda pública ao desenvolvimento francesa irá se concentrar e é justificada através de um princípio de solidariedade e desenvolvimento. Embora os seus contornos sejam definidos pelo CICID, há três critérios de elegibilidade que influenciam decisivamente a inclusão dos países, sendo eles: a situação econômica e financeira do país, o que engloba os países menos desenvolvidos em termos de renda e acesso ao mercado internacional de capital; a francofonia, com o objetivo de reforçar as relações de parceria entre os países francófonos; e, por fim, o reforço da coesão regional da ação francesa, visando a criação de projetos e sinergias regionais. Apesar da lista de países que compõem esta ZSP poder ser revisada anualmente pelo CICID, há uma certa continuidade desde a sua criação na primeira reunião do CICID em 28 de janeiro de 1999, já que a sua maioria se encontra na África, em especial, a África Subsaariana.

<sup>155</sup> Direction générale du Trésor. (2018, 28 de dezembro).

Apesar das inúmeras reuniões do CICID e, conseqüentemente, novas definições em termos de instrumentos da cooperação e alargamento das responsabilidades e do orçamento da AFD, a priorização da África enquanto destino deste fluxo se mantém. A partir dos relatórios oficiais destas reuniões, percebe-se uma continuidade da política gaullista nos anos 2000, isto é, centralidade da África Subsaariana como destinatária do fluxo, sendo majoritariamente antigas colônias da França. Na realidade, a parte desta região no fluxo da APD aumentou consideravelmente durante os anos 2000, contrariamente ao esperado depois da “queda” do consenso gaullista dentro do governo francês.

A título de comparação: em 1988, 55% do total da APD francesa eram destinados a África Subsaariana; 10 anos depois, em 1998, o fluxo para essa região representava quase metade do fluxo total de APD (48%); em 2003 e 2002, o fluxo aumentou consideravelmente em porcentagem, atingindo 59% do total; 57% em 2006 e 46% em 2007. Essa porcentagem reduziu-se de maneira substancial apenas em 2008, chegando a 42% do total e 53% se considerarmos o continente africano como um todo<sup>156</sup>. Vale enfatizar que esta redução não se baseia em uma estratégia de sair da África e focar o fluxo de APD em outras regiões, mais sim utilizar parte do montante de ajuda bilateral como variável de ajustamento para respeitar os compromissos multilaterais do país que estão representando uma pressão cada vez maior no orçamento total da APD<sup>157</sup>. Ou seja, enquanto o volume total de APD permaneceu mais ou menos constante relativamente ao ano precedente, a parte destinada aos canais bilaterais diminuiu ao passo que o montante canalizado para os canais multilaterais aumentou. Essa contração da porcentagem destinada a África Subsaariana não se mostrou uma tendência nos anos subsequentes, já que em 2009, 2010, respectivamente, foi de 49% e 46%. Em outras palavras, durante cerca de vinte anos, a África Subsaariana representou mais da metade do fluxo total da APD do seu antigo colonizador. Atualmente a região não recebe metade da APD total da França tal como nas décadas precedentes, tendo a sua porcentagem reduzida para cerca de 30 a 40% (34% em 2019<sup>158</sup>; 40% em 2020<sup>159</sup>) entretanto a região não deixou de ser prioritária, sendo até hoje a primeira beneficiária deste fluxo em termos de porcentagem da APD total francesa.

Atualmente, a ajuda para o desenvolvimento francesa é encabeçada majoritariamente pela AFD, sendo ela sendo responsável por um fluxo anual de 13 bilhões de euros em 2021

---

<sup>156</sup> Marine, M. P. (2001, 2004, 2008).

<sup>157</sup> Cambon, C & Vantomme, A. (2009).

<sup>158</sup> Focus 2030. (2021, 28 de julho).

<sup>159</sup> Husson, J-F. (2021).

com a atuação em 115 países<sup>160</sup>, o que a posiciona enquanto quinto financiador mundial em volume. Entretanto, embora seja um órgão público do governo francês, na prática ela funciona como uma empresa de crédito especializada na ajuda para o desenvolvimento e, como qualquer empresa, há prioridades e interesses. No caso da AFD, a África, em especial Subsaariana, sempre foi a sua área de domínio, sendo muitas vezes intitulada *chasse-gardée* da França, isto é, seu território reservado ou propriedade privada.

## 2.5. APD francesa e o setor privado.

No caso francês, mas não exclusivamente, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento e o setor privado possuem uma relação mais estreita do que se pode imaginar. Tal como citado acima, um dos objetivos do dispositivo de ajuda francês era o desenvolvimento da própria economia, que inclui incentivar e promover as atividades das empresas francesas no exterior. Este objetivo poderia ser atingido através de múltiplos caminhos: fornecer ajuda vinculada à compra de bens e serviços, estabelecer incentivos fiscais para as multinacionais francesas que possuem atividades no exterior ou até mesmo fornecer subvenções para as empresas que pretendem se expandir.

No início da política de ajuda pública ao desenvolvimento francesa, esta relação era clara. Na realidade, segundo uma análise dos arquivos das correspondências trocadas entre o MAE e as embaixadas francesas na África Ocidental feita por Patrick Dremé, o Estado francês não só defendia os seus interesses nacionais, mas também simultaneamente, os interesses do setor privado<sup>161</sup>. Neste sentido, desde o período de descolonização nos anos 60 até o fim dos anos 90, a APD de origem francesa estabeleceu de maneira explícita contratos a empresas francesas, em especial, ligadas ao setor de construção, água e eletricidade<sup>162</sup>, fornecendo-as crédito público para exercerem suas atividades em outros países como bem entendessem<sup>163</sup>. Tendo em conta que estes setores exigem um capital inicial considerável para o financiamento das instalações, o investimento só se tornaria rentável se o horizonte de exploração fosse longo.

---

<sup>160</sup> AFD. (2021).

<sup>161</sup> Demers, M., & Dramé, P. (2014).

<sup>162</sup> Hugon, P. (2007).

<sup>163</sup> Bourmaud, D. (1995).

Neste ponto, os acordos de cooperação econômica assinados entre a França e as suas antigas colônias no continente africano no período de descolonização foram essenciais para assegurar, durante décadas, estabelecimento de inúmeras empresas francesas na região. Estes acordos garantiram uma preferência ou até mesmo obrigatoriedade em conceder contratos às empresas francesas e, mais do que isto, acesso a certas matérias-primas estratégicas tais como petróleo, urânio, minérios etc<sup>164</sup>. Na realidade, para além de permitirem a implementação de novas empresas nestes territórios agora soberanos, eles facilitaram a permanência das empresas que já tinham se instalado no período colonial, permitindo então que o choque da independência não afetasse radicalmente os seus interesses na região. Deste modo,

Este setor privado aproveita as estruturas económicas e monetárias da zona do franco para proceder a investimentos em domínios muito rentáveis da exploração de minérios, do comércio e dos fornecimentos de serviços. **Em suma, no momento da adesão à soberania dos Estados da África Ocidental, o essencial dos interesses franceses é detido pelas sociedades comerciais (SCOA, CFAO<sup>165</sup>).**<sup>166</sup>

Assim, décadas após a assinatura destes acordos e as ascensões à independência destes países, as empresas francesas que se instalaram nesta época ainda mantêm uma posição dominante ou quase-monopolista em certos países africanos, através de nomes como: CFDT no mercado de algodão; Rougier S.A no setor madeireiro; CFAO no setor de comércio e distribuição, plantações de café, banana e cacau<sup>167</sup>; Total S.A no setor petrolífero; Bouygues e Vinci no mercado de construção, Veolia na distribuição de água<sup>168</sup>, etc. Essa implantação massiva se fez com o apoio do FIDES, ainda no período colonial<sup>169</sup> e, posteriormente com o apoio da COFACE, instituição francesa especializada em seguros de crédito à exportação. Neste sentido, durante quase cinquenta anos, as empresas francesas que visavam a expansão das suas atividades para o exterior tiveram o apoio de uma instituição pública francesa que as concedia aconselhamento, garantia para com os riscos e

---

<sup>164</sup> Noirot, T. (2012).

<sup>165</sup> SCOA era uma empresa especializada no comércio e exportação de produtos e matérias-primas que, em 1998, se tornou parte da CFAO, que por sua vez, é uma multinacional dos setores de distribuição, comércio, produção e energia.

<sup>166</sup> Demers, M., & Dramé, P. (2014; grifo meu)

<sup>167</sup> *idem*

<sup>168</sup> Vignaux, B. & Hoh, A-V. (2006, fevereiro).

<sup>169</sup> Demers, M., & Dramé, P. (2014).

crédito em nome do governo francês. Atualmente, a COFACE não pertence mais na sua totalidade ao governo francês, já que desde 2006, ela se tornou filial do banco de investimento francês Natixis<sup>170</sup>. A sua função enquanto companhia especializada no seguro de crédito à exportação manteve-se, entretanto, a sua atuação foi alargada a outras funções (*rating*) e regiões do globo.

### 2.5.1. Evolução das relações comerciais franco-africanas: a busca pelo ouro negro.

Se, a partir de 2010, o continente africano não tem mais um peso tão significativo para as relações comerciais da França, correspondendo a apenas 5% das exportações e 4% das importações francesas, este não foi sempre o caso. Em 1957, a África era responsável por 60% do comércio exterior da França enquanto a parte da França na África era de 80%<sup>171</sup>, entretanto, ao longo dos anos, a relação comercial da França-África evoluiu em ambos os lados. Isto é, enquanto a França se integrou cada vez mais com os seus parceiros europeus, priorizando as trocas comerciais intercomunitárias, os países africanos se abriram para trocas e parcerias com outros países e a África tornou-se uma região cada vez mais visada por outras potências, tais como a China, a Rússia e os Estados Unidos. Entretanto, embora as relações comerciais da França com os países africanos francófonos pareçam menores, engana-se quem negligencia o papel da África francófona para o comércio francês e, sobretudo, para os seus objetivos estratégicos.

Dos anos 60 até a década seguinte após a descolonização, o interesse comercial francês para com a África repousava majoritariamente no aprovisionamento de produtos agrícolas, tal como algodão, cacau, café etc. Entretanto, a partir do final dos anos 70, após os dois choques do petróleo de 1973 e 1979, com o intuito de reduzir a sua dependência para com os países da OPEP a França passou a buscar a diversificação dos seus fornecedores de petróleo e minérios<sup>172</sup>. Paralelamente, alguns países da África descobriram nos seus territórios jazidas de petróleo e minérios e, já nos anos 60, começaram a explorar este seguimento<sup>173</sup>. Inicialmente, a Mauritânia com a exploração de ferro em 1969, o Gabão com

---

<sup>170</sup> Coface. (2021).

<sup>171</sup> Hugon, P. (1982).

<sup>172</sup> *idem*

<sup>173</sup> Favennec, J. & Copinschi, P. (2003).

o manganês e petróleo, o Togo e o Senegal com fosfato, Congo com petróleo, etc<sup>174</sup>. Assim, a exploração de minérios desenvolveu-se cada vez mais na região, jazidas foram descobertas em outros países e, pouco a pouco, a região integrou-se na paisagem petrolífera mundial e tornou-se uma região chave no cenário geopolítico mundial. A partir daí, inúmeras multinacionais passaram a competir para obter as licenças de exploração, não apenas pela boa qualidade do petróleo, mas também pelos incentivos jurídicos e fiscais oferecidos e pela localização que o Golfo da Guiné possui em relação aos Estados Unidos e Europa<sup>175</sup>.

Assim, empresas como Shell, ExxonMobil e ChevronTexaco se tornaram presentes em todo o continente. No entanto, a multinacional na primeira posição nesta região é sem dúvida a Total. Na realidade, sua posição dominante se deve muito a compra ELF-Aquitaine em 1999, a estatal francesa no setor petrolífero que esteve em um escândalo ao ser descoberta no meio do sistema de corrupção e de diplomacia paralela do Estado francês na África, nomeado FrançAfrique<sup>176</sup>. Enquanto atualmente, a estratégia da Total no continente africano é motivada por uma lógica mais comercial e cada vez menos ligada às ações de ordem estratégica e diplomática do Governo francês<sup>177</sup>, esta evolução é bem recente e ainda levanta dúvidas. Isto porque embora as suas atividades ultrapassem as fronteiras da FrançAfrique, a empresa não apenas ainda utiliza dos lugares de exploração privilegiada herdados por este sistema, para além dos seus canais e instrumentos de influência, mas também participa e se beneficia das relações que a França mantém com os países. Assim, através das relações privilegiadas da França com alguns líderes africanos, Total beneficia de um certo favoritismo que a permite obter contratos de exploração em alguns países. Esta relação tornou-se clara com o Presidente senegalês Macky Sall, que declarou este favoritismo pela França na concessão de contratos de exploração à Total, justificando-o ao seu Ministro de Energia do período, Thierno Alassane Sall, que o Governo francês lhe dá “vez ou outra chupas-chupas”, isto é, fluxos de capital para financiar alguns gastos e atividades do governo senegalês<sup>178</sup>.

Interessante é sublinhar que apenas 28,3% das ações da empresa são francesas e, a percentagem diminui dentre os acionistas de peso nas tomadas de decisão e direcionamento da empresa, sendo apenas 16,7% franceses<sup>179</sup>. Entretanto, apesar do capital francês estar

---

<sup>174</sup> Hugon, P. (1982).

<sup>175</sup> Favennec, J. & Copinschi, P. (2003).

<sup>176</sup> Tétillon, P. (2019, 1 de julho).

<sup>177</sup> Favennec, J. & Copinschi, P. (2003).

<sup>178</sup> Tétillon, P. (2019)

<sup>179</sup> Deneault, A. (2018, Agosto).

longe de ser predominante, o que parece é que a simbiose da França com a Elf-Aquitaine continuou com a Total. Para o CEO da multinacional, Patrick Pouyanné, Total é francesa e representa, de certa forma, o país, apesar do seu capital ser efetivamente privado e multinacional<sup>180</sup>. A continuação das práticas neocoloniais características da Elf-Aquitaine e da FrançAfrique, no que concerne o pagamento de comissões, manutenção de certo controle informal de certos líderes africanos e a perpetuação de outras práticas obscuras, nos fazem questionar se a Elf foi dissolvida em 1999, ou o que ocorreu de fato em 1999 foi uma fusão de *know-how* entre os dois grupos.

No âmbito desta competição por contratos de exploração e desta necessidade de diversificação de fornecedores de petróleo e minérios por parte da França, as relações comerciais da França com os países africanos passaram por uma reorientação. Assim, o maior interesse francês na região passou a ser de ordem estratégica, focado no provisionamento de minérios e petróleo. Esta reorientação afetou inclusive as suas parcerias na região. Em outras palavras, se antes o interesse comercial se mantinha em toda o território das suas antigas colônias, a partir dos anos 70, isto mudou. Assim, a França passou a estreitar a sua relação com os países africanos ricos em minérios e outros recursos naturais estratégicos, mas que na sua maioria continuavam sendo antigas colônias francesas<sup>181</sup>. Neste sentido, o Níger, o Gabão, os Camarões, Togo e a Côte d'Ivoire, mas também alguns países fora do antigo território colonial tal como a Angola e o Nigéria, se tornaram o foco da estratégia francesa na África. Embora a porcentagem da África no comércio exterior francês tenha se reduzido, se engana, portanto, quem pensa que a importância desta região não se manteve.

Além disso, a França ainda mantém seus interesses culturais ligados à promoção da francofonia no continente mais francófono do mundo; forte presença militar na região, incluindo a construção de bases militares; políticos franceses relacionado ao apoio de certos líderes africanos; e, por fim, interesses econômicos ligados à presença das multinacionais francesas no seu antigo império colonial. Na realidade, os interesses se sobrepõem e se apoiam mutuamente. Não obstante, a reorientação em direção à países fornecedores de produtos estratégicos, a reestruturação dos interesses econômicos dos grandes grupos financeiros franceses (Total, Suez, Paribas, etc), resultaram simultaneamente na marginalização da África nas relações exteriores francesas e no estreitamento de laços com

---

<sup>180</sup> *idem*

<sup>181</sup> Hugon, P. (1982).

países fornecedores de produtos estratégicos. De maneira geral, estes países agora privilegiados fizeram parte do império colonial francês, entretanto, diferentemente dos anos que seguiram às independências, não é o fato exclusivo de ser antiga colônia que faz com que a relação se mantenha e se reforce, mas sim o interesse de ter acesso privilegiado as jazidas descobertas após o fim do império colonial. Em outras palavras, a zona de interesse francesa ultrapassou as fronteiras dos seus antigos territórios coloniais na África, criando relações com o Nigéria, Angola, Guinéa Equatorial, entre outros<sup>182</sup>. Deste ponto de vista, portanto, em vez de diminuição, percebe-se uma notável expansão da área de países dependentes econômica e politicamente da França.

---

<sup>182</sup> Favennec, J. & Copinschi, P. (2003).

## Capítulo III

---

### 3. Expressões da dependência e das relações neocoloniais no período pós-colonial.

*A África sem a França, é um carro sem motorista. A França sem a África, é um carro sem combustível”*

Omar Bongo, Presidente do Gabão entre 1967-2009, concedida ao Jornal *Libération*, 18 de setembro de 1996.

No capítulo anterior, procuramos compreender como se deu a construção e consolidação do instrumento de ajuda pública francês, bem como a sua relação com outros elementos tais como culturais, militares-estratégicos e relacionados ao setor privado francês. À luz desta análise, percebeu-se que a política de ajuda pública francesa na África, em especial na África Subsaariana, agiu sistematicamente a favor e, constantemente lado a lado, com a sua política industrial e os interesses privados dos grandes grupos franceses. Neste terceiro capítulo, analisaremos os impactos das relações mantidas pela França com os seus antigos territórios de domínio no período pós-colonial, com o intuito de compreender como estas relações de dependência se expressam fora da França, mais precisamente, nas estruturas e na economia dos países receptores. Neste sentido, os exemplos citados têm como objetivo a exposição de quatro ilustrações destas relações de dependência a fim de criar um panorama geral e diversificado destas expressões.

#### 3.1. O caso do Gabão.

A colonização francesa não foi apenas uma dominação/imposição política, mas também econômica, isto é, ela também ocorreu por intermédio das empresas francesas que se implantaram nas colônias e ex-colônias francesas antes e depois da sua ascensão a independência. Um exemplo disto é o caso gabonês. Este país tornou-se formalmente independente em 17 de agosto de 1960, porém quatro anos depois,  $\frac{3}{4}$  das empresas existentes

no país ainda eram francesas<sup>183</sup>. Esta dominação ocorreu apesar do país recém-formado ter criado alguns incentivos à população nacional, numa tentativa de “gabonização” do território. Em relação ao setor madeireiro, Didzambou detalha:

O Estado oferecia-lhes prioritariamente lotes de uma superfície não superior a 5.000 ha, e cortes familiares dentro do limite de 50 pés por ano; podiam também, como os estrangeiros, de Autorizações Temporárias de Exploração (PTE) na segunda zona, de 10.000 a 20.000 ha, e, se possível, de licenças industriais (PI) de 20 a 150.000 ha, concedidas às empresas que se comprometiam a transformar localmente uma parte da produção.<sup>184</sup>

Entretanto, sem os recursos necessários para este tipo de exploração e, sem capacidades de apresentar garantias suficientes para obter acesso a empréstimos bancários<sup>185</sup> e a licenças industriais, a população local não foi capaz de concorrer com as empresas estrangeiras – francesas, na sua maioria, e, por isto a porcentagem de empresas locais pouco aumentou. A consequência direta disto, já esperada por teóricos da dependência como Santos (1970) e Gunder Frank (1966), é que mesmo após mais de três décadas da sua ascensão à independência, o cerne da comercialização madeireira neste país ainda está nas mãos de um pequeno grupo de empresas, compilando cerca de 52% da produção madeireira em valor em 1994<sup>186</sup>. Sendo elas, as vanguardistas Leroy e Rougier S.A., para além da Companhia Equatorial da Floresta, a EFG (Exploração Florestal do Gabão), Lutexfo e a SBL (Sociedade das Madeiras de Lastourville). Já nos anos 2010, o setor madeireiro continua encabeçado pelo capital francês, por intermédio da empresa Leroy, instalada no país deste 1923 e Rougier S.A., instalado na região deste a aquisição da sua primeira licença de exploração madeireira em 1952<sup>187</sup>. Juntas, elas controlam toda a cadeia de produção madeireira, deste a extração até a produção das placas de madeira e comercialização.

Um caso significativo a se aprofundar é o da empresa Rougier S.A. que a partir dos anos 80, decidiu centralizar suas atividades na região central africana, mais especificadamente, no Congo, Gabão, Camarões e República Centro Africana

---

<sup>183</sup> Didzambou R. (2010).

<sup>184</sup> *idem*

<sup>185</sup> *idem*

<sup>186</sup> Nguema, V. M. (2005).

<sup>187</sup> Rougier S.A. (2022).

cronologicamente, totalizando mais de dois milhões de hectares de concessões florestais e 97% dos assalariados nesta região<sup>188</sup>. Nesse seguimento, o geógrafo francês Roland Pourtier sintetiza que a economia florestal na África se mantém ainda um negócio essencialmente europeu, tanto no escopo industrial das grandes empresas quanto no nível micro dos agricultores<sup>189</sup>.

A forte presença no setor madeireiro não é um caso excepcional no Gabão, pois o mesmo ocorre no setor petrolífero e de minérios, em especial, depois dos anos 70, em que este setor se tornou a primeira fonte de receita do Estado Gabonês. Encabeçado pela companhia Elf-Gabão (antiga SPAEF e, posteriormente SPAFA e, nos anos 2000, TotalEnergies), implantada no país desde 1948, esta empresa é um ator central da relação franco-gabonesa<sup>190</sup>, não só por estar historicamente presente no território, mas também pela importância das taxas e impostos pagos por este setor para a receita do Estado e, de maneira geral, para a economia do país, correspondendo a 50% da receita estatal e cerca de 80% do valor das exportações até meados dos anos 1980<sup>191</sup>. Até 1974, o Grupo Elf detinha o monopólio da exploração de petróleo no país, com apenas 1% da exploração nas mãos do Estado, entretanto a partir desta data, a parte da produção do Estado gabonês se elevou à 25%<sup>192</sup>. Um fato é certo, a produção petrolífera, até mais do que o setor madeireiro, é um bom negócio para o capital francês. Sobre a importância estratégica do setor petrolífero, o General de Gaulle afirmara em uma conferência de imprensa em 1961:

A nossa linha de conduta é aquela que salvaguarda os nossos interesses e que tem em conta as realidades. Quais são os nossos interesses? Os nossos interesses são a livre exploração do petróleo e do gás que descobrimos e ainda descobriremos.<sup>193</sup>

Para além, vale sublinhar não só o papel desta empresa per se, mas também do Estado francês na descoberta e exploração dos minerais presentes no território, já que foi através de

---

<sup>188</sup> Filière bois : Rougier dépose le bilan et accuse « l'engorgement du port de Doula » d'avoir causé sa chute. (2018, 6 de março).

<sup>189</sup> Pourtier, R. (1989 como citado em Didzambou R., 2010).

<sup>190</sup> Didzambou, R. (2010).

<sup>191</sup> *idem*

<sup>192</sup> *idem*

<sup>193</sup> Noirot, T. (2012).

expedições financiadas por capital francês que a riqueza do solo gabonês foi evidenciada<sup>194</sup>. Em especial, a descoberta de urânio logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, período no qual a demanda por este mineral era essencial e estratégica para o desenvolvimento dos programas nucleares. Ainda sobre este país, vale citar os setores da construção, da indústria e de serviços, liderados pelos grupos franceses Bouygues no ramo da construção, CFAO no setor de distribuição, Véolia no setor de distribuição de água e energia e, por fim, o trio BNP Paribas, Crédit Agricole, LCL no setor de serviços bancários<sup>195</sup>.

A presença francesa é tentacular, histórica e estratégica em inúmeros setores. Até 2007, o país era o principal destinatário do fluxo de IDE francês no continente africano, graças ao setor petrolífero. Apesar da redução da produção petrolífera e das atividades da empresa dominante – filial gabonesa da Total, partir de 2010, a França ainda se posiciona de maneira dominante no país em todos os setores da economia moderna gabonesa. Sobre essa presença, o historiador gabonês Didzambou conclui:

A independência não foi vivida como o fim da tutela econômica francesa. Pelo contrário, parece que nunca a influência das empresas da antiga metrópole foi tão forte. À exceção da madeira, cuja produção, mais antiga, remonta ao período colonial, a exploração da maior parte dos outros produtos estratégicos (petróleo, minas) desenvolveu-se após a independência<sup>196</sup>.

O caso do Gabão não é único na África Central, muito menos no continente como um todo. Na realidade, a presença dominante da França e das suas empresas em muitos setores da economia de um país mesmo após muitas décadas da sua independência é uma tendência geral nos países colonizados pela França. Isto ocorre, por um lado, como evolução natural, já que estas empresas já têm uma vantagem comparativa em relação a outras por já terem atividades na região, entretanto, esta posição dominante também é resultado de políticas governamentais. Em outras palavras, políticas e acordos foram criados pela França para que esta posição se mantivesse ao longo das décadas.

Em alguns casos, esta presença francesa no pós-independência das suas antigas colônias é, de certa forma, natural, já que após anos sob dominação e, muitas vezes, sem que

---

<sup>194</sup> Didzambou, R. (2010).

<sup>195</sup> *idem*

<sup>196</sup> *idem*

houvesse qualquer tipo de desenvolvimento interno, para além do mínimo essencial para assegurar a exploração e exportação das matérias-primas em direção à metrópole, estes novos países não conseguiam visualizar a sua própria construção e desenvolvimento sem a ajuda da sua *ancienne mère*. Neste sentido, alguma forma de transição era prevista para lhes dar certo tempo para que estes países se pusessem “de pé”. Entretanto, a transição tornou-se permanente, muitas vezes reforçada ou até imposta pela França, mas também impulsionada pelos próprios líderes destes países, tal é o caso da Côte d’Ivoire.

### 3.2. O caso da República da Côte d’Ivoire.

Protetorado francês desde 1843 e, oficialmente colônia desde 1893, o território que hoje é conhecido como República da Côte d’Ivoire possui uma longa história com a França. Nação soberana desde julho de 1960, hoje questiona-se ainda se este país é *de facto* independente do seu antigo colonizador.

Antes de discorrermos sobre a relação destas duas nações soberanas, alguns fatos do período colonial devem ser mencionados. Tal como citado no ponto 2.2. deste estudo, a constituição de 1946, que instaurou a União Francesa, também foi responsável por autorizar que os territórios ultramarinos tivessem representação na Assembleia Nacional. Isto significa então que a partir desta data, a existência de partidos políticos foi autorizada nestes territórios para que a eleição de um representante fosse possível. Foi neste contexto que Félix Houphouët-Boigny, pai da independência e primeiro presidente, criou o Partido Democrático da Côte d’Ivoire (PDCI) neste mesmo ano. Quando a Comunidade Francesa veio para substituir a União Francesa no final de 1958, estes territórios ganharam mais autonomia.

No caso da Côte d’Ivoire, nas eleições legislativas de 1959, o partido de Houphouët-Boigny ganhou todos os lugares na Assembleia Legislativa e, como líder do partido, Houphouët-Boigny se tornou o Primeiro-Ministro de Côte d’Ivoire em maio de 1959<sup>197</sup>. Depositor à dominação francesa e defensor dos laços históricos entre os territórios da Comunidade Francesa e a França, além de amigo íntimo de Jacques Foccart, Houphouët-Boigny se tornou o único interlocutor na colônia para a França e, junto com outros líderes

---

<sup>197</sup> Mortimer, E. (1969).

africanos, “exigiu” a independência do seu território sem quaisquer condições prévias ou acordos, que poderiam ser estabelecidos após a sua independência<sup>198</sup>.

Por mais forte que esse discurso pareça, na prática a realidade foi outra. A República da Côte d’Ivoire tornou-se independente conforme pedido, isto é, sem acordos prévios, entretanto, apenas no ano seguinte à sua independência, em 1961, treze acordos de cooperação foram assinados entre os dois países. Com temas que vão desde a cooperação em política externa e aviação civil, à cooperação econômica, monetária e financeira, estes acordos formaram uma camisa de força em torno da recém instituída nação soberana.

Neste âmbito vale mencionar alguns elementos destes acordos firmados de maneira conjunta em abril de 1961. No acordo de assistência militar, por exemplo, acorda-se que todos os materiais relacionados às forças armadas marfinenses devem ser comprados com França, salvo itens que não há possibilidade de a França assegurar de nenhuma maneira e, a Côte d’Ivoire deve dirigir-se prioritariamente à França para a realização dos serviços de manutenção e renovação dos materiais e equipamentos das forças armadas (artigo 3)<sup>199</sup>. A direção do Gabinete de Ajuda Militar do Exército marfinense deve estar nas mãos do oficial francês mais antigo no grau mais elevado à disposição da Côte d’Ivoire (artigo 10); por fim, em relação à presença de tropas francesas no território após a independência, o acordo detalha no artigo 2 do anexo 2:

A República da Côte d’Ivoire garante às Forças Armadas francesas a utilização das suas redes públicas postais e de telecomunicações, das suas infraestruturas portuárias, marítimas, fluviais, rodoviárias, ferroviárias e aéreas, o livre transporte do seu pessoal, materiais e géneros alimentícios, bem como a faculdade de instalar, utilizar no seu território e nas suas águas territoriais as balizas aéreas e marítimas e os meios de transmissão necessários à segurança e ao cumprimento das suas missões. O Comando Militar francês deve informar previamente as autoridades da República da Côte d’Ivoire de qualquer movimento significativo das suas unidades por via terrestre, marítima ou aérea. Para a utilização das facilidades previstas no presente artigo, as forças armadas francesas respeitarão as convenções ou regulamentos em vigor nestas matérias e serão, em qualquer caso, tratadas em pé de igualdade com as forças armadas da Côte d’Ivoire.

---

<sup>198</sup> *idem*

<sup>199</sup> Ministère de l’Europe et des Affaires étrangères. (2022). Accords d’assistance militaire technique. Paris, 1961.

No acordo referente à cooperação econômica, monetária e financeira, dois elementos merecem ser destacados. O primeiro, relativo à participação da Côte d'Ivoire na Zona Franco, à UEMOA (artigo 19)<sup>200</sup>, o que impossibilita uma política monetária independente, bem como implica manter uma parte das suas reservas de divisas sob responsabilidade do Tesouro francês – podendo chegar à 50% do total. Por fim, o acordo firma mais uma vez o regime preferencial da França, desta vez nas relações comerciais relacionadas à compra de equipamentos e serviços diversos relacionados aos projetos de desenvolvimento social e econômico da Côte d'Ivoire (artigo 11). Em outras palavras, a parte destinada a esses gastos deve ser reservada, à princípio, às empresas francesas ou marfinenses, entretanto, considerando que o setor privado marfinense era pouco desenvolvido ou mesmo inexistente em alguns setores, esses contratos eram destinados às empresas francesas.

Por fim, vale citar também o acordo de cooperação cultural, firmado conjuntamente com os acordos citados anteriormente. Sua relevância reside no fato de que a dominação também perpassa o nível cultural, especialmente na relação da França com as suas antigas colônias, justamente aquilo que tem sido chamado de 'colonialidade cultural'<sup>201</sup> pelos estudos decoloniais. Neste caso, a francofonia<sup>202</sup> funciona não apenas como um dos elementos articuladores da política de cooperação francesa, mas também como justificativa para a sua presença nesses territórios e aprofundamento da dependência. Sobre este acordo, enfatiza-se o artigo 10, em que se firma que o Diretor do Centro de Ensino Superior deve ser escolhido em comum acordo entre os dois países este sendo responsável pela criação do plano estratégico de educação<sup>203</sup>.

De modo mais amplo, o que estes acordos de cooperação reafirmam de maneira contínua é a necessidade de concertação e harmonização entre os dois países. Esta noção de concertação perpassa todos os temas, desde concertação em política externa e educação, à política de aviação civil e telecomunicação. Em outras palavras, o que estes acordos

---

<sup>200</sup> \_\_\_\_\_ . Accords en coopération en matière économique, monétaire et financière. Paris, 1961.

<sup>201</sup> Quijano, A. (2005)

<sup>202</sup> A Francofonia é um instrumento institucional que organiza as relações entre os países que compartilham o francês como língua. Com o intuito de promover a língua francesa e a cooperação entre os 88 Estados membros, a cada dois anos, os países que fazem parte deste grupo se reúnem no *Sommet de la Francophonie*. Essa conferência é a instância principal da Francofonia, reunindo todos os Chefes de Estado e de Governo dos países membros desde 1986, quando o então Presidente francês François Mitterrand fez este primeiro convite. Atualmente a Francofonia vai além da promoção da língua francesa, incluindo temas como: educação, democracia, desenvolvimento sustentável e cooperação econômica.

<sup>203</sup> \_\_\_\_\_ . Accords en coopération en matière économique, monétaire et financière. Paris, 1961.

expressam é um princípio de concertação e ajuda mútua entre a França e os países signatários. Entretanto, percebe-se logo que a reciprocidade sobre a qual os acordos são fundados não existe e, por tanto, o que parece acontecer de fato é uma limitação da soberania destes Estados. Assim, vê-se a participação da França em inúmeros assuntos domésticos da Côte d'Ivoire (e dos outros países com acordos similares), através não somente dos funcionários de nacionalidade francesa – e pagos pela França – trabalhando no setor público do país, mas também através da participação da França em posições de tomada de decisão, podendo até mesmo representar a Côte d'Ivoire nas organizações internacionais em que o país não possui representação própria (artigo 1)<sup>204</sup>.

O resultado desta troca desigual é a reprodução das inúmeras vantagens que a França já possuía durante todo o período colonial nas estruturas destes novos Estados, bem como a manutenção da sua zona de influência. Assim, após mais de sessenta anos destas assinaturas, os seus efeitos ainda são visíveis, tanto na presente vigência dos acordos, quanto na presença ainda substancial da França nos assuntos relacionados aos países, ou até mesmo no fato deles ainda regerem a relações entre a França e esses países, direta ou indiretamente. Este domínio francês ainda existente, tanto pela sua permanência quanto pela sua força, nos faz questionar se a soberania destes países existe *de facto*.

Tal como Félix Houphouët-Boigny, os líderes africanos que se tornaram Presidentes já possuíam uma relação com Paris enquanto membros da Assembleia da União Francesa ou pelos seus papéis no processo de independência. Assim, no período em que os laços formais que permitiam a dominação francesa sobre estes territórios estava por ser cortado, a continuação dos laços pessoais se tornou ainda mais essencial do que antes para assegurar os interesses da França na região.

É neste ponto que Houphouët-Boigny se diferencia dos outros presidentes africanos, na sua relação com o país colonizador. Boigny não só se tornou símbolo da relação franco-africana no pós-independência, mas também se tornou amigo próximo de Jacques Foccart, o elo da França para com a África. Na realidade, documentos do Secretariado de Foccart mostram que os dois se ligavam semanalmente e se consultavam sobre a política francesa na África e as possíveis intervenções dela no continente<sup>205</sup>. Esta relação foi apontada como justificativa para o apoio francês na Guerra do Biafra, sendo a Côte d'Ivoire a principal apoiante da rebelião e, especialmente, da venda de armas francesas para a África do Sul sob

---

<sup>204</sup> \_\_\_\_\_ . Traité de coopération. Paris, 1961.

<sup>205</sup> Geneste, P. & Bat, J-P. (2015).

regime de apartheid<sup>206</sup>. Entretanto, quando o carácter ditatorial do seu regime foi escancarado, a relação antes enfatizada pelos dois lados serviu apenas para mostrar a cumplicidade da França na existência desta política autoritária e monopolística, que só terminou com a sua morte em 1993.

Por mais que a França – e Foccart – tenham negado o conhecimento da política repressiva de Boigny, os benefícios desta aliança longínqua são tão claros e mútuos, nos levando a crer que fazer “vista grossa” para esta realidade tenha sido muito mais vantajoso para a França. Para Boigny, o contínuo apoio político da França nos assuntos internos e, em especial, nos assuntos do continente africano, o que inclui as intervenções militares e apoio para que ele se mantivesse no poder, bem como o fluxo constante de capital francês, público ou privado, que permitiram de certa maneira a sua pilhagem e enriquecimento ilegal. Já para a França, é inegável a importância de ter um apoio fervoroso de um líder africano para “amaciá-las” as relações com outros Estados africanos, bem como melhorar a sua imagem no pós-descolonização e satisfazer seus interesses na região; a oferta de condições favoráveis no que concerne a fiscalidade e rentabilidade para a implementação das empresas francesas na região, em especial, nas ofertas públicas das concessões; e, por fim, a manutenção da sua influência na região, já que o território africano é disputado por outras potências (Estados Unidos, Rússia, China, etc).

A partir desta perspectiva, Boigny se tornou a peça central desta relação ambígua e até mesmo obscura da França com as suas antigas colônias. Apesar de ter se portado como líder deste laço entre os dois continentes, ele não é o único a ter esta relação privilegiada e, muitas vezes, obscura, com o antigo colonizador. Na realidade, são Chefes de Estado tais como Boigny que formam um dos pilares que tornam a “Françafrique”, tal como definida por Verschave, possível<sup>207</sup>.

Mais de sessenta anos após a independência, os laços que envolvem a França e a Côte d’Ivoire são inúmeros, mesmo após a morte do seu maior defensor no continente africano. Apesar do comércio exterior entre estes dois países ser historicamente importante, tendo em vista que durante décadas a Côte d’Ivoire se posicionava como primeiro cliente da França na África Subsaariana, bem como primeiro fornecedor da França em madeira, café, cacau e

---

<sup>206</sup> Wauthier, C. (2002, 22 de novembro).

<sup>207</sup> Fröhlich, S. (2020, 1 de agosto)

banana, iremos discorrer sobre um outro elemento de ordem mais estratégica, nomeadamente, a concessão do porto de Abidjan para o Grupo Bolloré.

O porto de Abidjan tem importância estratégica, pois apesar de ser no território marfinense, ele serve de porta de entrada não apenas para Côte d'Ivoire, mas também para outros países, tal como Niger, Mali e Burkina Faso, também antigas colônias francesas. Neste sentido, ganhar a sua concessão significa controlar todo o fluxo de produtos que saem e entram por ele e, conseqüentemente, lucrar com as tarifas referentes à esta movimentação, visto que a concessão confere liberdade na aplicação das tarifas<sup>208</sup>, sendo este um dos portos mais caros da África Ocidental e Central. Assim, a filial do Grupo Bolloré, nomeada Bolloré Africa Logistics (BAL) controla não apenas o Terminal 1 do Porto de Abidjan e as linhas ferroviárias para transporte de produtos na Côte d'Ivoire de maneira monopolística desde 2004, mas em 2013, ganhou também a concessão para a construção e funcionamento de um segundo terminal neste porto. Esta segunda concessão foi fortemente criticada e acusada de ser ilegal, já que ela coloca o Grupo Bolloré em uma posição extremamente dominante na região, indo de encontro com a lei da concorrência e a justificativa dada para a lançamento da oferta originalmente, isto é, abrir para a concorrência<sup>209</sup>.

Na realidade, Bolloré Logistics já é líder no continente africano, em especial, na África Central e Ocidental, estando presente em quarenta e dois portos<sup>210</sup>. Mais precisamente, ele gere os terminais de contêiner desde Abidjan passando por Tema, Cotonu, Duala e Pointe-Noire, respectivamente Côte d'Ivoire, Gana, Benim, Camarões e República Democrática do Congo (RDC), para além de compartilhar a operação de dezesseis terminais de contêiner via PPP também nesta região<sup>211</sup>. Em outras palavras, Bolloré controla boa parte da costa oeste da África e do Golfo da Guiné. Visto que 90% das importações e exportações do continente africano são feitas pelo mar<sup>212</sup>, controlar a parte majoritária da costa oeste significa estar em posição dominante em toda esta região, direta ou indiretamente, não apenas nos países nos quais os portos estão situados. Para além, o grupo ainda controla mais sete terminais Ro Ro (transporte de veículos sobre rodas) no Senegal, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Côte d'Ivoire, Togo, Camarões, Gabão e Congo Brazzaville; um terminal fluvial na fronteira entre Congo Brazzaville e RDC; três linhas ferroviárias localizadas em Côte

---

<sup>208</sup> Grisot, M. (2014, 6 de setembro).

<sup>209</sup> *idem*

<sup>210</sup> Afrique: quelles sont les affaires de Bolloré sur le continent ?. (2021, 15 de outubro).

<sup>211</sup> *idem*

<sup>212</sup> Saggia, G. (2017, 17 de novembro).

d'Ivoire e Burkina Faso (Sitarail), Camarões (Camrail), Benim e Níger (Benirail); e, por fim, dois terminais madeireiros em Côte d'Ivoire e Camarões. Em suma, Bolloré é onipresente no setor portuário, de transporte e logística na região.

O que é interessante sublinhar é a presença do Grupo Bolloré, mas de maneira geral, das multinacionais francesas em uma variedade de setores através das suas filiais, o que faz com que a empresa não controle apenas uma atividade, mas também as atividades complementares. À título de exemplo, Bolloré é ator central da exploração florestal e do comércio de madeiras tropicais no continente africano por mais de 35 anos, sendo acionaria majoritária da empresa de exploração florestal de Camarões (SEPBC)<sup>213</sup> e coproprietária da Socfin<sup>214</sup>, líder no setor agrícola em oito países da África Central e Ocidental. Não é necessária uma análise extensa para perceber a complementariedade destes setores, à título de exemplo, a madeira é explorada pela empresa SEPBC, na qual Bolloré detém 72,23%<sup>215</sup>, transportada através da linha ferroviária Caimrail para o porto Duala ou porto Kribi, ambos concedidos à Bolloré, o que a torna presente em todas as etapas do processo, da exploração à exportação desta matéria-prima. O que vale ser sublinhado é que muitas destas concessões e compras de ações foram feitas durante os programas de ajuste estrutural (PAE) impostos pelo FMI aos países em crise econômica nos anos 80 e 90, como é o caso da privatização da SEPBC nos anos 90<sup>216</sup>, visto que uma das “recomendações” clássicas destes programas de ajuste era a privatização das empresas públicas. Embora estes programas tenham sido criados e impostos pelas instituições de Bretton Woods, eles eram reforçados por outras instituições de cooperação do Ocidente, como é o caso da AFD em que parte do seu fluxo de APD é canalizado para este mecanismo<sup>217</sup> e, mais do que isto, durante uma parte dos anos 90, a ajuda francesa destinada aos países em situação de endividamento extremo eram condicionadas ao programa aprovado pelo FMI<sup>218</sup>.

Ainda sobre as concessões privilegiadas do porto d'Abidjan, é interessante mencionar é que elas ultrapassam o mandato de Boigny, bem como o governo de De Gaulle (1959-1969) e o secretariado de Foccart (1960-1974). Enquanto a primeira concessão (Terminal 1) foi assinada durante o mandato de Laurent Gbagbo e Jacques Chirac, a segunda ocorreu durante o mandato de Alassane Ouattara e François Hollande. Neste sentido, pode-

---

<sup>213</sup> Pigeaud, F. (2022).

<sup>214</sup> Afrique: quelles sont les affaires de Bolloré sur le continent ?. (2021, 15 de outubro).

<sup>215</sup> Bolloré (2015)

<sup>216</sup> Pigeaud, F. (2022).

<sup>217</sup> Amprou, J. & Chauvet, L. (2004).

<sup>218</sup> Lancaster, C. (2007).

se concluir que apesar da Françafrique ter sido uma criação do governo de De Gaulle e aconselhamento de Foccart, a sua permanência está muito além da responsabilidade de apenas um governo ou uma personalidade política. Isto porque estas relações privilegiadas e, muitas vezes, dúbias entre a França e os líderes africanos dos antigos territórios coloniais estão sendo continuamente reforçada pelos governos sucessores de ambos os lados.

Como visto acima, os laços de continuidade que ligam a França com os seus antigos territórios coloniais no pós-independência permeiam subjetividades, mantidas através de laços pessoais e trocas não-oficiais entre os políticos e altos funcionários franceses e as elites políticas africanas. No entanto, esta continuidade também pode se expressar de forma concreta. O exemplo mais célebre desta continuação da relação franco-africana é, sem dúvidas, as uniões monetárias e econômicas abarcadas pela Zona Franco.

### 3.3. Zona Franco: de política colonial à política de cooperação.

Quando se fala sobre a Zona Franco, tende-se a sublinhar apenas os aspectos positivos para os Estados africanos membros, em especial, a estabilidade monetária e a fixação da taxa de conversão com o euro, esquecendo-se então de enfatizar que a França também é beneficiária deste arranjo, podendo ser até mesmo a maior beneficiária. No entanto, antes de discorrermos sobre os interesses que regem esta cooperação monetária, é imperioso compreender a sua emergência enquanto política colonial e sua evolução a política de cooperação.

A Zona Franco é um espaço econômico e monetário criado no fim dos anos 30 entre a França e as suas colônias, porém foi apenas em 1945, logo após o fim da guerra, que as moedas que constituem esta zona foram criadas, sendo elas: o Franco CFA, inicialmente intitulado Franco das colônias francesas da África, e o Franco CFP, intitulado na época Franco das colônias francesas do Pacífico<sup>219</sup>. Este dispositivo econômico-financeiro foi criado com o objetivo de estabilizar as transações financeiras entre os países francófonos, liberando-os das preocupações relacionadas ao equilíbrio da balança de pagamento, à inflação, tornando-os mais atrativos para os investidores estrangeiros<sup>220</sup>.

---

<sup>219</sup> Trésor International. (2019, 26 de setembro).

<sup>220</sup> Grey, R. D. (1990).

Tal como dito anteriormente no capítulo 2.1., progressivamente as colônias francesas começam a reivindicar um status de maior igualdade no âmbito do império francês, podendo chegar à demanda pela sua independência. Com o intuito de solucionar esta demanda por uma maior igualdade, logo após o fim da guerra, a França decide modificar sua relação com os territórios coloniais. Nesse seguimento, com a promulgação da constituição de 1946, o Império francês que até então regia esta relação transforma-se em União Francesa. Esta nova constituição dá um fim legal a inferiorização da população colonizada e o início de uma representação destes territórios na Assembleia Nacional através dos seus respectivos representantes políticos. Entretanto, apesar do fim do status de indigente, o dualismo baseado em características étnicas se manteve durante os anos seguintes<sup>221</sup>.

Ao perceber que a demanda por mais autonomia mantinha firme, a França faz uma última tentativa de flexibilização para acalmar estas insatisfações que emanam destes territórios. Assim, em 1958 a União Francesa é substituída pela Comunidade Francesa, sendo ela a nova associação política entre a França e o seu império colonial. Pela primeira vez os territórios coloniais passam a ter um estatuto de “Estado”, todavia este arranjo não conteve as insatisfações dos territórios coloniais e, rapidamente em 1960, Comunidade torna-se obsoleta, já que pouco a pouco os seus membros exigem gozar plenamente da sua autonomia, tornando-se nações independentes.

A vontade de aparentar maior igualdade entre a França e as suas ex-colônias teve implicações sobre a Zona Franco. Nesse seguimento, o Franco CFA tornou-se a abreviação de Franco da Comunidade francesa da África e, após as independências, ele passa a ser chamado de Franco da Comunidade financeira da África<sup>222</sup>. Entretanto, ao longo do tempo, percebe-se que estas contínuas ressignificações das nomenclaturas das moedas da Zona Franco não passam muitas vezes de simples renomeações. Em outras palavras, o Franco CFA pode também ser um fruto da coexistência histórica de mudança e persistência do passado colonial, em que “tudo deve mudar para que tudo fique como está”<sup>223</sup>.

---

<sup>221</sup> Hugon, P. (2014).

<sup>222</sup> Trésor International. (2019, 26 de setembro).

<sup>223</sup> Esta célebre frase do romance italiano “O Leopardo” (ou “Il Gattopardo”) de Giuseppe Tomasi di Lampedusa não é sobre o contexto francês, mas sim sobre a aristocracia siciliana durante a tentativa de unificação dos pequenos Estados que formam a Itália atual no período conhecido como Ressurgimento. No entanto, esta analogia só é possível ao considerarmos que estas renomeações das moedas da Zona Franco se justificam pela vontade do Império francês em manter o seu controle na região e, simultaneamente, aparentar uma relação mais horizontal com as suas colônias e, posteriormente, ex-colônias.

Atualmente a Zona Franco engloba 15 países da África Subsaariana, além da França, englobando duas uniões monetárias (União Econômica e Monetária da África Ocidental – UEMOA - e a Comunidade Econômica e Monetária da África Central – CEMAC), para além da União dos Comores<sup>224</sup>. Isto significa que os países membros têm uma taxa de câmbio fixo em relação ao Euro e uma garantia de convertibilidade ilimitada por parte do Tesouro francês<sup>225</sup>. Em contrapartida, Paris, através do Banco da França, participa da governança dos bancos centrais dos países membros da Zona Franco, sendo eles: o Banco Central dos Estados da África do Ocidente (BCEAO), o Banco dos Estados da África Central (BEAC) e, por fim, o Banco Central dos Comores<sup>226</sup>.

### 3.3.1. A face oculta da cooperação monetária francesa.

Tal como qualquer acordo, os interesses em firmá-lo tendem a emanar das duas partes. No entanto, quando se trata da Zona Franco a tendência em uma busca superficial é encontrar apenas os supostos benefícios para os países africanos. Consequentemente, a participação da França nesta instituição parece ser desinteressada ou o país parece ser um membro relativamente pouco beneficiado pelo sistema comparado aos países africanos. Entretanto, a realidade está longe disto.

Este sistema financeiro supranacional permite que a França se beneficie de uma quantidade enorme de capital estrangeiro no seu banco central (Banco da França). Isto acontece, pois, há uma obrigatoriedade para que os países membros depositem uma parte substancial das suas reservas de divisas neste banco, que serve então como Banco Central de toda esta zona. Atualmente, 50% das reservas de divisas devem ser mantidas no Banco da França, entretanto, este valor já atingiu níveis bem superiores. Antes de 1 de julho de 2009, os Estados membros da Zona Franco eram obrigados a manter 65% das suas reservas de divisas no Tesouro francês, porcentagem que era ainda maior entre 1945 e 5 de janeiro de 2005, período em que 100% das reservas deviam ser mantidas neste banco<sup>227</sup>. Isto afeta positivamente a balança de pagamentos da França e mesmo que esta reserva não esteja disponível para todo o tipo de uso, ela contribuiu substancialmente ao objetivo de De Gaulle

---

<sup>224</sup> Banque de France. (2019, 14 de janeiro).

<sup>225</sup> *idem*

<sup>226</sup> *idem*

<sup>227</sup> Abdellaoui, M. & Badara, A. (2015, 24 de agosto).

em reposicionar a França enquanto potência mundial para além de servir como uma vantagem substancial em períodos de crise<sup>228229</sup>. A princípio, estes novos países independentes tinham liberdade para sair da Zona Franco e emitir a sua própria moeda, porém na prática, eram obrigados a manter um certo nível de cooperação monetária com o seu antigo colonizador<sup>230</sup>, o que acabava por limitar a soberania destes países ao passo que reafirmava a superioridade francesa na região.

À medida que a situação econômica dos países membros da Zona Franco continuaram precárias, as críticas sobre esta integração monetária se tornaram mais frequentes. Há quem condene a existência desta zona como todo bem como os benefícios que ela defende ter. Este é o caso do economista senegalês Sanou Mbaye que a considera truncada, disfuncional e pouco ortodoxa<sup>231</sup>. Para ele, estas zonas foram criadas pela França para otimizar a exploração das suas colônias e, por isso, os benefícios que ela diz ter não são alcançados pelos países membros. Nesse sentido, este arranjo só seria benéfico para a França e para as empresas francesas. A concentração destas reservas no Banco da França possibilita utilizá-las para financiar o seu próprio déficit público, através da emissão de títulos do Tesouro<sup>232</sup>; bem como permite também que o Banco lucre com os custos de transação na arbitragem entre a moeda CFA emitida pelo BCEAO e a moeda CFA emitida pelo BEAC, já que apesar de terem a mesma paridade, elas não são intercambiáveis; por fim, contrário ao que se imagina de uma união monetária, as a taxas de juros aplicadas aos Governos membros e às suas populações é historicamente elevada, cerca de 6 à 7% para empréstimos de curto prazo (para financiar as importações essenciais) e cerca de 18% para indivíduos e empresários locais respectivamente, o que a torna rentável para o Banco da França<sup>233</sup>.

Ademais, esta zona dá aos produtos e bens franceses um acesso a um mercado privilegiado com uma regulamentação para o comércio exterior simplificada, o que a torna também uma zona de cooperação econômica<sup>234</sup>. Para além deste mercado privilegiado, a Zona Franco possui uma taxa de câmbio superestimado, estimado à 10% em alguns estudos empíricos<sup>235</sup>. Se, por um lado, esse desalinhamento favoriza à importação, tornando-a mais econômica, por outro, ele reduz a competitividade do preço das exportações dos países-

---

<sup>228</sup> Wauthier, C. (1972).

<sup>229</sup> Bach, D. (1982).

<sup>230</sup> Trésor International (2019, 26 de setembro).

<sup>231</sup> Abdellaoui, M. & Badara, A. (2015)

<sup>232</sup> *idem*

<sup>233</sup> Mbaye, S. (2016, 13 de abril).

<sup>234</sup> Wauthier, C. (1972).

<sup>235</sup> Nubukpo, K. (2015).

membros, o que pode desestimular o desenvolvimento da indústria local destes países. Além disso, o governo francês implementou programas de incentivos fiscais para as empresas francesas que possuíam ou queriam expandir as suas atividades nas regiões abrangidas por este sistema como forma de catalisar a expansão econômica do país<sup>236</sup>. Em suma, os acordos de cooperação monetária oferecem uma vantagem comparativa às empresas francesas, explicando de certa maneira as suas posições monopolistas ou quase-monopolistas nos territórios coloniais<sup>237</sup>.

Para os Estados africanos membros, há quem assemelhe este arranjo a uma camisa de força. Em primeiro lugar devido ao custo de não utilização de 50% das suas reservas de divisas, já que elas poderiam ser usadas para investimentos locais, evitando até mesmo que o país se endivide perante o FMI, Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais. Em segundo devido a obrigatoriedade em priorizar a França relativamente aos outros países nas relações comerciais, no que concerne suas importações e exportações, bem como a compra de moeda estrangeira tendo em vista que o banco central dos países membros está sob controle francês<sup>238</sup>. Tal como cita Noirot (2012),

[...] entre 1970 e 1993, quando os investimentos estrangeiros se elevavam a 1,7 mil milhões de dólares, a repatriação dos lucros, dos rendimentos dos expatriados e dos proprietários locais elevou-se a 6,3 mil milhões, ou seja, um montante quatro vezes superior.

Nesta lógica, a estabilidade almejada termina por favorecer uma fuga de capital dos países africanos em direção aos países de origem, em especial o lucro dos investimentos estrangeiros bem como da riqueza acumulada pelas famílias dos líderes destes países. A consequência deste fluxo é dual: por um lado, as empresas francesas responsáveis pelos investimentos diretos acabam por aumentar o seu controle sobre o país<sup>239</sup>, por outro, tendo

---

<sup>236</sup> *idem*

<sup>237</sup> Bach, D. (1982).

<sup>238</sup> Noirot, T. (2012).

<sup>239</sup> O investimento estrangeiro direto (IDE) é uma forma de investimento que permite que o investidor participe da gestão da empresa que se localiza fora das suas fronteiras. Para tal, o investidor deve comprar 10% ou mais das ações da empresa, podendo até mesmo comprá-la definitivamente a fim de expandir as suas atividades para essa região. O IDE pode ser horizontal, caso a empresa queira estabelecer o mesmo tipo de negócio neste país; vertical, caso a empresa adquira um negócio complementar, que seja relacionado a sua atividade; ou por conglomerado, caso a empresa invista em um negócio não relacionado a sua atividade no país de origem.

em conta que o capital estrangeiro desenvolve inúmeros setores do país que antes não existiam, o empreendedorismo local africano acaba por ser privado de se desenvolver<sup>240</sup>.

Ademais, se considerarmos a Zona Franco enquanto união unicamente monetária, em que um dos objetivos é a redução de custos das transações financeiras e de conversibilidade das moedas, a Zona Franco se mostra insuficiente, devido a inconvertibilidade das CFA-BCEAO e CFA-BEAC. Se por outro lado considerarmos a Zona Franco enquanto união monetária e econômica, tendo como parâmetro a Zona Euro em que um dos objetivos é o aumento das relações comerciais entre os países à ela pertencentes, a Zona Franco também se mostra longe deste objetivo, já que enquanto 60% das trocas comerciais europeias são entre a Zona Euro, enquanto na CEMAC e na UEMOA, a porcentagem cai para apenas 13%<sup>241</sup>.

Nesta lógica, ao invés de impulsionar o crescimento econômico destes países e o aumento das relações comerciais entre eles, o que ocorre de fato é reforço dos laços de dependência que estes países já possuem com o seu antigo colonizador ao passo que geram uma série de outras vantagens para o seu criador. Vantagens estas que vão desde a geração receita para o Tesouro Francês, à uma saída importante para a sua economia e produção nacional devido ao regime preferencial. O resultado é então o reforço da posição dominante da França na região e, de maneira geral, enquanto potência mundial. Assim, a Zona Franco bem como o IDE que, à princípio, deveriam criar um mecanismo de interesses recíprocos, acabam por estarem longe de o fazê-lo.

### 3.4. FrançAfrique: ontem e hoje.

É no final dos anos 90, mais precisamente, em 1998, que a relação que tinha sido até então mantida com a África passa a ser criticada de maneira mais incisiva. Com a publicação do livro *La Françafrique. Le plus long scandale de la République* (1998), de François-Xavier Verschave<sup>242</sup>, emerge a expressão “Françafrique” nos moldes que persistem até os

---

<sup>240</sup> Noirot, T. (2012).

<sup>241</sup> Mbaye, S. (2016, 13 de abril).

<sup>242</sup> François-Xavier Verschave (1945-2005) foi um economista e militante francês. Ele foi responsável pela criação da expressão “Françafrique” tal como utilizada atualmente. Em 1985, ele se torna membro da associação Survie. Esta associação criada no ano precedente à adesão de Verschave visa denunciar todas as formas de intervenção neocoloniais francesas na África e militar a favor de uma reforma profunda da política externa da França na África. A partir de 1995, no âmbito da sua presidência e militância nesta associação, que

dias atuais. Na realidade, esta expressão já fora utilizada anteriormente pelo presidente da Côte d'Ivoire, Félix Houphouët-Boigny, em 1950<sup>243</sup>, porém num contexto completamente oposto. Se em 1955, o presidente marfinense utilizou a expressão “France-Afrique” para se referir ao desejo de certos membros da elite africana de manter relações privilegiadas com a França mesmo após se tornarem países independentes<sup>244</sup>, em 1998, a referência é outra. Verschave recorre ao conceito de “Françafrique” com o intuito de caracterizar – e posteriormente denunciar - o sistema de influência da França na África que tinha como propósito se apossar dos recursos desta região<sup>245</sup>. Longe de ser o primeiro a denunciar algum elemento duvidoso ou polêmico desta relação franco-africana, Verschave foi o primeiro ator “de peso” a definir e enquadrar esta problemática<sup>246</sup>. Esta rede que punha em causa uma série de instituições francesas: da elite política, ao Estado-Maior militar, aos serviços secretos e algumas empresas do setor privado, para além de alguns Chefes de Estado africanos que agiam também a favor dos interesses de Paris<sup>247</sup><sup>248</sup>. Em outras palavras, a Françafrique é comparada a um vasto desvio de dinheiro cometido por certas elites<sup>249</sup> francesas e africanas, mas não só, que acaba por se acobertar e, conseqüentemente se credibilizar, debaixo de questões geopolíticas e de cooperação para o desenvolvimento. Tendo em vista a sua influência direta ou indireta sobre o poder político desses países, a independência era, portanto, apenas parcial e limitada. Ainda sobre a expressão, vale evidenciar o jogo fonético percebido por Verschave. A expressão Françafrique em francês (pronuncia-se frã.sa. frɪk) é homófona, isto é, possui a mesma fonética, de outra expressão em francês, *France à fric* (em português, França à dinheiro). Apesar da escrita e do significado serem diferentes, no contexto das relações franco-africanas, essa homofonia acaba por servir, já que esta única palavra é capaz de trazer à luz essa componente corrupta e gananciosa até então oculta das relações franco-africanas<sup>250</sup>.

Sobre este sistema, vale mencionar algumas características: a existência de uma política africana oculta que escapa qualquer controle democrático e que responde

---

Verschave cunha a expressão “Françafrique” e se torna conhecido pela sua posição sobre as relações franco-africanas.

<sup>243</sup> Deneault, A. (2005).

<sup>244</sup> CIIP. (2018, 27 de março).

<sup>245</sup> Deneault, A. (2005).

<sup>246</sup> Alleno, K. (2020).

<sup>247</sup> *idem*

<sup>248</sup> Deneault, A. (2005).

<sup>249</sup> Alleno, K. (2020).

<sup>250</sup> *idem*

diretamente ao chefe do Eliseu<sup>251</sup>; uma presença elevada de funcionários franceses nos países africanos englobados nesta rede para aconselhar e guiar as elites políticas do país; uma ingerência militar nas questões domésticas dos países através da presença militar francesa que mesmo após a independência continuou na região; existência de relações econômicas, financeiras e bancárias que permitem às empresas multinacionais e ao Estado francês de explorarem os recursos agrícolas e minerais dos países africanos; existência de fluxos financeiros ocultos entre alguns Estados Africanos e alguns partidos políticos franceses que têm como finalidade permitir a corrupção dos políticos franceses e influenciar os líderes africanos<sup>252</sup>; e, por fim, a existência de um laço cultural histórico e único, capaz de criar um sentimento de fraternidade entre os membros que acaba por dificultar iniciativas fora deste ciclo<sup>253</sup>. Na realidade, esta rede de influências propositalmente criada de maneira oculta por De Gaulle teve precisamente o objetivo de evitar qualquer tipo de contestação e resistência ao domínio neocolonial<sup>254</sup>. Para tal, de Gaulle pede explicitamente ao Secretário-Geral do Eliseu para os Assuntos Africanos e Malgaxes, Jacques Foccart, criar um dispositivo secreto feito através de rede extra diplomática, que permita uma ingerência direta das autoridades francesas nos assuntos internos das antigas colônias<sup>255</sup>. Foccart teve um papel estratégico no período de negociações das independências e, em especial, na “remodelagem” da relação da França com as suas antigas colônias. Nesse sentido, ele serviu de ponte entre a França e as antigas colônias, devido às suas relações pessoais com os presidentes africanos e, por isso, ele é considerado o principal criador da Françafrique, sendo comumente conhecido por “Senhor Africa”. Se por um lado, ele é condenado pelas suas táticas muitas vezes obscuras ou até mesmo ilegais para com os países francófonos da África e seus respectivos presidentes, por outro, não se pode negar que Foccart atingiu perfeitamente o objetivo que lhe foi dado, isto é, negociar as independências das antigas colônias formalmente sem as concedê-las plenamente na prática.

Vale ressaltar que foi em grande parte a ingerência nos assuntos domésticos desses países, mais precisamente a cumplicidade da França no genocídio ruandês, que impulsionou a tomada de consciência do poder da França sobre esta região<sup>256</sup>. Ao caracterizar este sistema, Verschave expõe uma realidade latente: a continuação de lógicas coloniais na relação entre

---

<sup>251</sup> Pacquement, F. (2010)

<sup>252</sup> CIIP (2018).

<sup>253</sup> Alleno, K. (2020).

<sup>254</sup> CIIP (2018).

<sup>255</sup> *idem*

<sup>256</sup> Péan, P. (2012).

esses países recém-independentes e as antigas potências coloniais europeias. Sobre a França, ele aponta:

O neocolonialismo francês é um sistema totalizante ou totalitário: a antiga metrópole continua a controlar simultaneamente as vertentes financeira, econômica, política e de segurança. Ela envolve a África francófona numa rede de laços que não difere muito da situação colonial.<sup>257</sup>

Sob esta égide, a cooperação também significa a continuação da dependência sob novas vestes<sup>258</sup>.

\*\*\*

### **Considerações finais**

Após termos discorrido sobre os impactos da dependência no contexto pós-independência formal através dos exemplos do Gabão e Côte d'Ivoire bem como através da Zona Franco e da FrançAfrique, percebe-se que a descolonização massiva das colônias francesas na África dos anos 60 não foi sinônimo de desvinculação da presença e, da ingerência, do colonizador francês nestes territórios durante as décadas seguintes. Ao contrário, em alguns países a independência levou a um reforço da relação de dependência para com a França. A dominação que antes era explícita, devido à colonização formal, tornou-se um emaranhado de redes duvidáveis, que só foram questionadas e, tiveram o seu real escopo revelado décadas depois com a explosão de escândalos ligados à estas práticas neocoloniais.

O período pós-colonial exigiu de certa forma da França a construção de novos arranjos para que a presença dela nestes territórios fosse justificada por outros meios sem que o seu poder sobre a região fosse diminuído. Neste sentido, os acordos de cooperação se mostraram essenciais nesta busca por continuidades. Na realidade, a questão dos interesses econômicos franceses na África Ocidental situa-se no centro da política de cooperação estabelecida pela França após a primeira fase de descolonização. O atrelamento dos acordos de cooperação às concessões à independência no período das negociações só evidencia a

---

<sup>257</sup> Verchave (1999 *como citado em* Denault, A., 2005).

<sup>258</sup> Bouamama, S. (2021).

instrumentalização deste dispositivo na estratégia francesa de manutenção de poder e influência nos antigos territórios coloniais.

Por isto, engana-se quem subestima a importância da cooperação para o desenvolvimento dentro do governo francês e, em especial, na satisfação dos seus objetivos de projeção internacional. O sistema de cooperação para o desenvolvimento franco-africano envolve importantes atores, que vão desde o presidente da República, os ministérios da Cooperação, dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Defesa, envolvendo uma série de instituições financeiras e/ou privadas (CCCE/AFD, Zona Franco, COFACE, CIAN) que tendem todos no sentido da criação ou da manutenção de condições favoráveis à proteção dos interesses nacionais, privados e individuais em jogo. Assim, a vontade altruísta de desenvolvimento dos antigos territórios coloniais que, em algum momento, possa ter emergido logo a construção da política de cooperação francesa nos anos 1950, se vê em um clássico desafio de *cabo de guerra*, em que ela se encontra sozinha em uma das extremidades.

Resta saber se, à medida que estas continuidades foram denunciadas, a pressão das críticas culminará em reais mudanças no dispositivo de ajuda francês. Neste ponto, é possível questionar se a célebre frase *tudo deve mudar para que tudo fique como está* não virá a calhar mais uma vez.

## Conclusão

---

Ao discorrer sobre a política de cooperação para o desenvolvimento francesa à luz da sua evolução histórica, é inegável que ela é muito mais do que o seu nome nos leva a crer. Pode-se dizer que a cooperação para o desenvolvimento é filha da política colonial e inseparável da política de desenvolvimento econômico da França. Em outras palavras, observamos, com base nas diversas fontes analisadas, que a França usa a política de cooperação – em concreto, a APD – como instrumento para a promoção de benefícios próprios, de carácter político, econômico, estratégico e cultural.

Apesar deste fluxo já existir de certa maneira em algumas das colônias britânicas e francesas ainda no período colonial, vimos que a cooperação enquanto política estatal específica e enquanto “solução” para o desenvolvimento dos países considerados subdesenvolvidos emergiu apenas após o fim da Segunda Guerra e, no caso francês, se articulou a partir da promulgação da lei de abril de 1946. Entretanto, após o fim do império colonial francês, a sua importância foi acrescida, tornando-se meio – e justificativa – para a presença francesa nos antigos territórios coloniais da África francófona. Ao longo das décadas, constatou-se que centralidade da África Ocidental enquanto destino do fluxo de APD francesa se manteve, apesar das mudanças de presidentes e ideologias dentro do governo francês.

Este trabalho visou um entendimento crítico da política de cooperação de França para as suas ex-colônias na África, mais precisamente, onexo entre esta política e as práticas coloniais no contexto pós-colonial, isto é, a partir dos anos 1960. Neste sentido, considera-se que o presente estudo tenha, satisfatoriamente, respondido às suas perguntas de pesquisa, confirmando que a cooperação para o desenvolvimento da França possui uma componente neocolonial nas suas práticas e, portanto, não contribuem efetivamente para o que este dispositivo se propõe a impulsionar.

Face aos diagnósticos feitos, sobra pouco espaço para a política de cooperação francesa justifique-se empenhada somente no desenvolvimento – e autonomização – dos países receptores. A França até pode continuar a desenvolver o mesmo tipo de política para com a África francófona, contudo, não deveria intitulá-la *cooperação para o desenvolvimento* enquanto ela se mantiver a maior beneficiária deste arranjo e, mais do que isto, enquanto

este fluxo continuar a reforçar as relações de dependência e a condição de subdesenvolvimento destes territórios e populações.

A autora tem consciência de que não podemos negar que a situação de subdesenvolvimento de alguns dos países citados não é de toda responsabilidade da França, já que a corrupção e a utilização indevida deste fluxo ocorrem nos países receptores. Entretanto, é sabido que muitos dos países beneficiários do fluxo de APD francesa, mas não exclusivamente, possuem líderes corruptos e autoritários e, mesmo assim, o fluxo de APD é reforçado e, como vimos no capítulo 3, a própria existência destes líderes é o que permite muitas vezes a continuação destas práticas neocoloniais e, portanto, a perpetuação da *presença tentacular* – e histórica – da França nestes territórios, tal como sublinhada pelo historiador Didzambou.

Neste sentido, considera-se que os problemas de (sub)desenvolvimento dos países periféricos não serão ultrapassados dentro do modelo atual de desenvolvimento, porém este trabalho não pretende discutir as formas que este modelo alternativo poderia tomar. Entretanto, embora este estudo não vise discutir a construção de um modelo alternativo, ele visa impulsionar, ao menos, que a cooperação para o desenvolvimento deixe de ser vista de maneira ingênua e, passe a ser vista como ela é, uma indústria – e um instrumento de manutenção de influência – responsável por bilhões em créditos e lucro. Ou seja, um instrumento de poder internacional.

Devido a complexidade do tema e os diversos caminhos de análise possíveis, admite-se a incapacidade deste estudo em explicar todos as suas dinâmicas e, neste sentido, enfatiza-se a importância de se haver outros estudos nesta área. Neste ponto, um estudo comparativo sobre a política francesa para com a África francófona e outras regiões receptoras fora do antigo império francês se mostraria relevante na compreensão das diferentes relações mantidas e, conseqüentemente, dos diferentes objetivos definidos dentro de um mesmo dispositivo e as suas expressões nos países receptores.

No âmbito político, a recomendação que esta investigação deixa é clara. Há uma necessidade de realinhar as iniciativas de ajuda pública ao desenvolvimento francesas, mas não só, para que estas se aproximem mais das reais necessidades dos países receptores e, portanto, passem a fazer valer o seu nome. Secundariamente, defende-se a necessidade de uma maior transparência e *accountability* no âmbito político de ambas as regiões, pois a sua falta possibilita a corrupção excessiva e, conseqüentemente, a existência das relações obscuras daquilo que ficou conhecido como FrançAfrique.

## Referências bibliográficas

---

### LIVROS

Nguema, V. M. (2005). *L'agriculture du Gabon: entre décolonisation et ajustements structurels, 1960-2000*. Économie et développement. Éditions Karthala Éditions Karthala.

Brunel, S. (1993). *Le gaspillage de l'aide*. Paris : Seuil.

Chipman, J. (1989). *French power in Africa*. B. Blackwell. London

Cox, R. W. (1981). *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. Millennium, 10(2), 126–155.

De Hann, A. (2009). *How the Aid Industry Works: An Introduction to International Development* (1<sup>a</sup> ed). Estados Unidos: Kumarian Press.

Demers, M., & Dramé, P. (Eds.). (2014). *Le Tiers-Monde postcolonial: espoirs et désenchantements: Espoirs et désenchantements*, p. 84. Presses de l'Université de Montréal.

Escobar, A. (1995). *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton University Press.

Esteva, G. (2009). Development, p. 1-23. In: Sachs, Wolfgang & Ed., (2009). *The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power*. Zed Books.

Furtado, C. (1974). *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Círculo do Livro.

Gregory, S. (2000). *French Defense Policy in the Twenty-First Century*. Macmillan Press.

Lancaster, C. (2007). *Foreign Aid: Diplomacy, Development, Domestic Politics*. The University of Chicago Press, Chicago.

Mortimer, E. (1969). *France and the Africans, 1944-1960: A Political History*. New York: Walker and Company.

OCDE (2021). *Development Co-operation Profiles*. Éditions OCDE, Paris. Disponível em : <https://doi.org/10.1787/2dcf1367-en>.

Riddell, R. (2007). *Does Foreign Aid Really Work?*. Oxford University Press

Rostow, W. W. (1960). *Etapas do Desenvolvimento Econômico: Um manifesto não comunista*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

Verschave, F. X. (1998). *La Françafrique : le plus long scandale de la République*. Paris: Stock.

## ARTIGOS ACADÊMICOS E/OU CIENTÍFICOS

Alleno, K. (2020). La « Françafrique », instrument d'un *soft power* associatif et « stigmaté » pour la politique africaine de la France. *Relations internationales*, 182, 99-113. <https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2077/10.3917/ri.182.0099>

Amprou, J. & Chauvet, L. (2004). Efficacité et allocation de l'aide : revue des débats. *Agence Française de Développement*. Disponível em : <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/ND-6-efficacite-allocation.pdf>

Atangana, M. R. (1993). Les relations financières entre le Cameroun et la France et l'image de la France au Cameroun (1946-1956). *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, n°32-33, pp. 47-52. <https://doi.org/10.3406/mat.1993.404116>

Bach, D. (1982). Dynamique e contradictions dans la politique africaine de la France : les rapports avec le Nigeria (1960-1981). *Politique Africaine*.

Balleix, C. (2010). La politique française de coopération au développement: Cinquante ans d'histoire au miroir de l'Europe. *Afrique contemporaine*, 236, 95-107. Acesso em : 29 de junho de 2022. Disponível em : <https://doi.org/10.3917/afco.236.0095>

Binoche-Guedra, J.-W. (1988). La représentation parlementaire coloniale (1871-1940). *Revue Historique*, 280(2 (568)), 521–535. <http://www.jstor.org/stable/40954790>

Bouamama, S. (2021). Les accords économiques Afrique-France, une histoire négative. *Les Possibles*. No. 28 – Été 2021. Disponible em : <https://bit.ly/3okEg3t>.

Bourmaud, D. (1995). France in Africa: African Politics and French Foreign Policy. *Issue: A Journal of Opinion*, 23(2), 58–62. <https://doi.org/10.2307/1166509>

Calmette, J. (2006). La loi organique relative aux lois de finances (LOLF) : un texte, un esprit, une pratique. *Revue française d'administration publique*, n°117, 43-55. <https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2077/10.3917/rfap.117.0043>

Comming, G. D. (2017). La transformation de l'AFD et de l'aide française au cours des « années Severino » : vers une nouvelle compréhension des réformes de politiques publiques. *75 ans au service du développement : L'Agence Française de Développement des origines à nos jours*. Acesso em 12 de julho de 2022. Disponible em: <https://www.afd.fr/fr/ressources/75-ans-au-service-du-developpement>

Deneault, A. (2005). François-Xavier Verschave et la mafiafricaine. *Mouvements*, n°42, 119-124. <https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2077/10.3917/mouv.042.0119>

Didzambou R. (2010). Entreprises françaises au Gabon et développement économique et social 1960-2010. In: *Outre-mers*, tome 97, n°368-369, 2e semestre 2010. Cinquante ans d'indépendances africaines. pp. 195-216. Disponible em: DOI : <https://doi.org/10.3406/outre.2010.4498>

Dimier, V. (2005). Politiques indigènes en France et en Grande-Bretagne dans les années 1930 : aux origines coloniales des politiques de développement. *Politique et Sociétés*, 24(1), 73–99. <https://doi.org/10.7202/011496ar>.

Dos Santos, T. (1970). The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, Vol. 60, No. 2, Papers and Proceedings of the Eighty-second Annual Meeting of the American Economic Association

- Favennec, J. & Copinschi, P. (2003). Les nouveaux enjeux pétroliers en Afrique. *Politique africaine*, 89, 127-148. <https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2077/10.3917/polaf.089.0127>
- Grey, R. D. (1990). A Balance Sheet on External Assistance: France in Africa. *The Journal of Modern African Studies*, 28(1), 101–114. Disponible em: <http://www.jstor.org/stable/160903>
- Guèye, B. (2009). La démocratie en Afrique : succès et résistances. *Pouvoirs*, 129, 5-26. Disponible em : <https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2077/10.3917/pouv.129.0005>
- Gunder Frank, A. (1966). The Development of Underdevelopment. *Monthly Review*, Volume 18, n° 4.
- Hugon, P. (1982). L’Afrique noire francophone : l’enjeu économique pour la France. *Politique africaine*, n°5, p. 75-94. Disponible em: <http://www.politique-africaine.com/numeros/pdf/005075.pdf>
- Hugon, P. (2007). La politique économique de la France en Afrique: La fin des rentes coloniales ?. *Politique africaine*, 105, 54-69. <https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2077/10.3917/polaf.105.0054>
- Hugon, P. (2010). Où en est-on de la « Françafrique »?. *Revue internationale et stratégique*, 77, 163-168. <https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2077/10.3917/ris.077.0163>
- Hugon, P. (2014). Portraits comparés du coopérant et de l’administrateur de la France d’Outre-mer au tournant des indépendances. In: *Outre-mers*, tome 101, n 384-385, 2014. Coopérants et coopération en Afrique : circulations d’acteurs et recompositions culturelles (des années 1950 à nos jours) pp. 15-35.
- Jacquemot, P. (2011). Fifty Years of French Cooperation with Sub-Saharan Africa: An Overview (Part 1). *Afrique contemporaine*, 238, 43-57. <https://doi.org/10.3917/afco.238.0043>

Jacquet, P. (2006). Les enjeux de l'aide publique au développement. *Politique étrangère*, 941-954. <https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2077/10.3917/pe.064.0941>

Legouté, J. R. (2001). Définir le Développement : historique et dimensions d'un concept plurivoque. *Économie Politique Internationale : Cahier de recherche*. 1(1). Montréal : Université du Québec. Acesso em: 10 de outubro de 2021. Disponível em : [https://ceim.uqam.ca/db/spip.php?page=article-ceim&id\\_article=91](https://ceim.uqam.ca/db/spip.php?page=article-ceim&id_article=91).

Lickert, V. (2017). La loi de 1946 – De la conférence de Brazzaville à la naissance du dispositif français de la coopération. *75 ans au service du développement : L'Agence Française de Développement des origines à nos jours*, 25-34.

Mabileau, A & Meyrat, J. (1967). Décolonisation et régimes politiques en Afrique noire. *Cahier de la fondation nationale des sciences politiques*, n°161. Armand Colin, Paris. Disponível em : <http://www.edenlivres.fr/o/266/p/18249/excerpt>

Meimon, J. (2007). Que reste-t-il de la Coopération française ?. *Politique africaine*, 105, 27-50. <https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2077/10.3917/polaf.105.0027>

Moncrieff, R. (2012, janeiro). French Relations with Sub-Saharan Africa under President Sarkozy. *South African Institute of International Affairs*, occasional paper, n°. 107.

Naudet, J. D. (2012). Development Aid Reforms in the Context of New Public Management. *AFD Working Paper No. 119*. Disponível em: <https://www.afd.fr/en/ressources/development-aid-reforms-context-new-public-management>. ISSN : 1958-539X

Noirot, T. (2012). Les entreprises françaises en Afrique. Pillage contre transparence. *Outre-Terre*, 33-34, 537-546. <https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2077/10.3917/oute.033.0537>

Nubukpo, K. (2015). Le franc CFA, un frein à l'émergence des économies africaines ?. *L'Économie politique*, 68, 71-79. <https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2077/10.3917/leco.068.0071>

Pacquement, F. (2010). Le système d'aide au développement de la France et du Royaume-Uni : points de repère sur cinquante ans d'évolutions depuis la décolonisation". *International Development Policy, Revue internationale de politique de développement*. Acesso em : 09 de Novembro de 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/poldev/114>.

Péan, P. (2012). France-Afrique, Françafrique, France à fric ?. *Revue internationale et stratégique*, 85, 117-124. <https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2077/10.3917/ris.085.0117>

Quantin, P. (1982). La vision gaullienne de l'Afrique noire : permanences et adaptations. *Politique africaine*, nº 5. Acesso em: 21 de junho de 2022. Disponível em : <http://www.politique-africaine.com/numeros/pdf/005008.pdf>

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)

Touati, S. (2007). French Foreign Policy in Africa: Between Pré Carré and Multilateralism. An Africa Programme Briefing Note. *The Royal Institute of International Affairs*. <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/bnafrica0207.pdf>

Wauthier, C. (1972). France and Africa: "Long Live Neo-Colonialism." *Issue: A Journal of Opinion*, 2(1), 23–26. <https://doi.org/10.2307/1166640>

Wauthier, C. (2008, 22 de novembro). Jacques Foccart et les mauvais conseils de Félix Houphouët-Boigny. *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*. URL : <https://doi.org/10.4000/ccrh.512>

X X X. (1956). Le fonds d'investissement pour le développement économique et social des territoires d'outre-mer. *Présence africaine*, vol. 11 (4). 47-56. <https://doi.org/10.3917/presa.011.0047>

## ARTIGOS DE JORNAL

Abdellaoui, M. & Badara, A. (2015, 24 de agosto). Françafrrique: un pacte colonial qui "pèse lourdement" sur la destinée de plusieurs pays et nations. *Agence Andalou*. Acesso em : 28 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/fr/politique/francafrique-un-pacte-colonial-qui-p%C3%A8se-lourdement-sur-la-destin%C3%A9e-de-plusieurs-pays-et-nations/7136#>

Afrique: quelles sont les affaires de Bolloré sur le continent ?. (2021, 15 de outubro). *TV5Monde*. Disponível em: <https://information.tv5monde.com/afrique/afrique-queelles-sont-les-affaires-de-bollore-sur-le-continent-428683>

CIIP. (2018, 27 de março). La Françafrrique: ce système politique criminel qui perdure. *Ritimo*. Disponível em : <https://www.ritimo.org/La-Francafrrique-ce-systeme-politique-criminel-qui-perdure>. Acesso em: 28 de nov. 2021.

Deneault, A. (2018, Agosto). Total, un gouvernement bis. *Le Monde Diplomatique*. <https://proxy.sciencespobordeaux.fr:3768/2018/08/DENEAULT/58987>. Acesso em : 18 de julho de 2022.

Filière bois : Rougier dépose le bilan et accuse « l'engorgement du port de Doula » d'avoir causé sa chute. (2018, 6 de março). *Jeune Afrique, Économie*. Acesso em: 1 de março de 2022. Disponível em : <https://www.jeuneafrique.com/539678/economie/filiere-bois-rougier-depose-le-bilan-et-accuse-lengorgement-du-port-de-douala-davoir-cause-sa-chute>.

Fröhlich, S. (2020, 1 de agosto). França e África: Uma separação em câmara lenta. *DW, Notícias*. <https://p.dw.com/p/3gH3O>

Grisot, M. (2014, 6 de setembro). Port d'Abidjan: un terminal où transitent 90% des échanges ivoiriens. *Le Monde*. [https://www.lemonde.fr/economie/article/2014/09/06/port-d-abidjan-un-terminal-ou-transitent-90-des-echanges-ivoiriens\\_4483112\\_3234.html](https://www.lemonde.fr/economie/article/2014/09/06/port-d-abidjan-un-terminal-ou-transitent-90-des-echanges-ivoiriens_4483112_3234.html)

Grisot, M. (2014, 8 de setembro). Le monopole de Bolloré sur le port d'Abidjan est de plus en plus contesté. *Le Monde*.

[https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2067/Link/UNIVBORDEAUXT\\_1/news%c2%b720140908%c2%b7LM%c2%b720140907n0021](https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2067/Link/UNIVBORDEAUXT_1/news%c2%b720140908%c2%b7LM%c2%b720140907n0021)

Lacombe, P. (2021, 2 novembro). Gaston Monnerville, celui qui aurait pu être le premier président de la République noir. Le portail des Outre-mer. Disponível em : <https://la1ere.francetvinfo.fr/gaston-monnerville-celui-qui-aurait-pu-etre-le-premier-president-de-la-republique-noir-1144408.html>. Acesso em : 15 de novembro 2021 .

Metivier, L. (2021, 8 outubro). Au Sénat, une table ronde sur l'héritage de Gaston Monnerville, 30 ans après sa mort. Le portail des Outre-mer. Acesso em: 15 de novembro 2021. Disponível em : <https://la1ere.francetvinfo.fr/au-senat-une-table-ronde-sur-l-heritage-de-gaston-monnerville-30-ans-apres-sa-mort-1123240.html>

Pigeaud, F. (2022). Bolloré quitte l'Afrique après avoir exploité la forêt. *Reporterre*. Acesso em 12 de julho de 2022. Disponível em: <https://reporterre.net/Bollore-quitte-l-Afrique-apres-avoir-exploite-la-foret#nb1>

Saggia, G. (2017, 17 de novembro). About 90% of Imports and Exports in Africa Driven by Sea. *SAP News Center*. Acesso em: 12 de julho de 2022. Disponível em: <https://news.sap.com/africa/2017/11/about-90-of-imports-and-exports-in-africa-driven-by-sea/>

Tétilon, P. (2019, 1 de julho). Total et Françafrique : l'histoire évolue mais continue. *Survie*. <https://survie.org/billets-d-afrique/2019/288-juillet-aout-2019/article/total-et-francafrique-l-histoire-evolue-mais-continue>. Acesso em : 14 de julho de 2022.

Vignaux, B. & Hoh, A-V. (2006, fevereiro). L'Afrique n'est plus l'eldorado des entreprises françaises. *Le Monde Diplomatique*, n° 2, p. 12-13. Disponível em : <https://www.monde-diplomatique.fr/2006/02/HOH/13167>

## DOCUMENTOS E SITES GOVERNAMENTAIS

Vie Publique. (2019, 19 de junho). *1997-2002: une cohabitation inattendue*. Acesso em: 26 de Janeiro 2022. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/eclairage/38002-1997-2002-une-cohabitation-inattendue>

AFD. (2021). *Nossa História*. Disponível em: <https://www.afd.fr/pt/nossa-historia>. Acesso em 16 de novembro de 2021.

Cambon, C & Vantomme, A. (2009). *Avis présenté au nom de la commission des affaires étrangères, de la défense e des forces armées sur le projet de loi de finances pour 2010, adopté par l'Assemblée nationale, Tome III, Aide Publique au Développement, n°112, Sénat, session ordinaire de 2009-2010*. Rapports législatifs. Acesso em 16 de junho de 2022. Disponível em: <http://www.senat.fr/rap/a10-112-3/a10-112-3.html>

Chiavassa, I. (1945/1962). *Fonds d'investissement pour le développement économique et social d'outre-mer - 1 FIDES 1ère série*. Archives nationales d'outre-mer. Disponível em: <https://recherche-anom.culture.gouv.fr/ark:/61561/wu706hcy>. Acesso em: 15 de novembro 2021

Coface. (2021). *Notre histoire*. Acesso em : 14 de julho de 2022. Disponível em : <https://www.coface.com/fr/Le-groupe/Notre-histoire>

Geneste, P. & Bat, J-P. (2015). *Archives du secrétariat général des Affaires africaines et malgaches et de la Communauté (1958-1974)*. FranceArchives. <https://francearchives.fr/findingaid/feb0be4f1f8c97df4048f68dbf7f3f7abaebbeca>

Husson, J-F. (2021). *Rapport général au nom de la commission des finances sur le projet de loi de finances, adopté par l'Assemblée nationale, Tome III, Annexe n°4, Aide Publique au Développement, n°163, Sénat, session ordinaire de 2021-2022*. Rapports législatifs. Acesso em 8 de julho de 2022. Disponível em : <http://www.senat.fr/rap/l21-163-34/l21-163-340.html#toc17>

Direction générale du Trésor. (2018, 28 de dezembro). *Le Comité interministériel de la coopération internationale et du développement (CICID)*. Acesso em 11 de janeiro. Disponível em: <https://www.tresor.economie.gouv.fr/tresor-international/l-aide-au-developpement/le-comite-interministeriel-de-la-cooperation-internationale-et-du-developpement-cicid>

Banque de France. (2019, 14 de janeiro). *L'éco en bref : La Zone franc*. Disponível em : <https://abc-economie.banque-france.fr/leco-en-bref/la-zone-franc>. Acesso em: 20 de novembro 2021.

Légifrance. (2016, 11 de dezembro). *Loi n° 46-860 du 30 avril 1946 tendant à l'établissement, au financement et à l'exécution de plans d'équipement et de développement des territoires relevant du ministère de la France d'outre-mer*. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/LEGIARTI000006712878/1946-05-01/#LEGIARTI000006712878>. Acesso em: 15 de novembro 2021

Marine, M. P. (2001). *Rapport Général fait au nom de la commission des Finances, du contrôle budgétaire et des comptes économiques de la Nation sur le projet de loi de finances pour 2002, adopté par l'Assemblée nationale, Tome III, n° 87, Sénat, session ordinaire de 2001-2002*. Acesso em : 16 de junho de 2022. Disponível em: <http://www.senat.fr/rap/104-074-302/104-074-302.html>

Marine, M. P. (2004). *Rapport Général fait au nom de la commission des Finances, du contrôle budgétaire et des comptes économiques de la Nation sur le projet de loi de finances pour 2005, adopté par l'Assemblée Nationale, Tome III, n° 74, Sénat, session ordinaire de 2004-2005*. Acesso em : 16 de junho de 2022. Disponível em: <http://www.senat.fr/rap/104-074-302/104-074-302.html>

Marine, M. P. (2008). *Rapport Général fait au nom de la commission des Finances, du contrôle budgétaire et des comptes économiques de la Nation sur le projet de loi de finances pour 2009, adopté par l'Assemblée Nationale, Tome III. N° 99, Sénat, session ordinaire de 2008-2009*. Acesso em : 16 de junho de 2022. Disponível em: <http://www.senat.fr/rap/108-099-34/108-099-34.html>

Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères (2021, abril). *Les chiffres de l'aide française*. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/politique-etrangere-de-la-france/developpement/les-chiffres-de-l-aide-francaise/>. Acesso em: 12 de julho 2022.

Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères. (2022). *Accords d'assistance militaire technique*. Paris, 1961. Acesso em: 24 de junho de 2022. Disponível em: [http://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/vue-consult/mae\\_internet\\_\\_traites/TRA19610071](http://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/vue-consult/mae_internet__traites/TRA19610071)

Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères. (2022). *Accords en coopération en matière économique, monétaire et financière*. Paris, 1961. Acesso em: 24 de junho de 2022. Disponível em : [http://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/vue-consult/mae\\_internet\\_\\_traites/TRA19610078](http://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/vue-consult/mae_internet__traites/TRA19610078)

Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères. (2022). *Accords en coopération en matière économique, monétaire et financière*. Paris, 1961. Acesso em: 24 de junho de 2022. Disponível em : [http://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/vue-consult/mae\\_internet\\_\\_traites/TRA19610074](http://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/vue-consult/mae_internet__traites/TRA19610074)

Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères. (2022). *Traité de coopération*. Paris, 1961. Acesso em: 28 de junho de 2022. Disponível em : [http://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/vue-consult/mae\\_internet\\_\\_traites/TRA19610069](http://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/vue-consult/mae_internet__traites/TRA19610069)

Vie Publique. (2020, 2 de julho). *Qu'est-ce que le CICID ?*. (2021). Acesso em 11 de janeiro. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/fiches/274924-quest-ce-que-le-cicid>

Service des archives économiques et financières. (2021). *La Caisse Centrale de Coopération Économique*. Disponível em : <https://www.economie.gouv.fr/saef/caisse-centrale-cooperation-economique>. Acesso em: 16 de novembro de 2021

Trésor International (2019, 26 de setembro). *La Zone franc de 1939 à aujourd'hui*. Acesso em 8 de dezembro de 2021. Disponível em : <https://www.tresor.economie.gouv.fr/tresor-international/la-zone-franc/la-zone-franc-de-1939-a-aujourd-hui>.

## SITES E BLOGS

Rougier S.A. (2022). *Landmark Dates*. Acesso em: 1 de março de 2022. Disponível em: <http://www.rougier.fr/en/groupe/480-landmark-dates.html>.

OCDE. (2021). *Les profils de coopération au développement*. Éditions OCDE, Paris. Acesso em: 11 de novembro de 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/a1226247-fr>.

Focus 2030. (2021, 28 de julho). *La politique d'aide au développement de la France*. Disponível em : <https://focus2030.org/La-politique-d-aide-au-developpement-de-la-France>

OCDE (2021). Peer Review: France. OCDE, Paris. OCDE (2018), *OECD Development Co-operation Peer Reviews: France 2018*, OECD Development Co-operation Peer Reviews, Éditions OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264302679-en>.

OCDE. (2021). *Development Co-operation Profiles*. Éditions OCDE, Paris. Disponível em : <https://doi.org/10.1787/2dcf1367-en>.

Bolloré. (2015). *Registration document*. Acesso em: 12 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.bolloré.com/en/publications/>

OECD. (2021). *DAC Glossary of Key Terms and Concepts*. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/dac-glossary.htm>. Acesso em: 21 de julho de 2022.

France Diplomatie. (2021, abril). *Les chiffres de l'aide française*. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/politique-etrangere-de-la-france/developpement/les-chiffres-de-l-aide-francaise/>. Acesso em: 11 de novembro 2021

OECD. (2022). *Net ODA (indicator)*. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/33346549-en>. Acesso em: 21 de julho de 2022.

OCDE (2004). Peer Review: France. OCDE, Paris. OCDE (2018), *OECD Development Co-operation Peer Reviews: France 2004*, OECD Development Co-operation Peer Reviews, Éditions OCDE, Paris.

Légifrance. (2016, 11 de dezembro). Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/LEGIARTI000006712878/1946-05-01/#LEGIARTI000006712878>. Acesso em: 15 de novembro 2021

Mbaye, S. (2016, 13 de abril). Les Avatars du Franc CFA : Flux des capitaux et régression économique en Afrique Francophone. Les pages de Sanou Mbaye. Acesso em 29 de junho de 2022. Disponível em: [https://mbaye.info/2016/04/13/les-avatars-du-franc-cfa-flux-des-capitaux-et-regression-economique-en-afrique-francophone/2751#4\\_Des\\_taux\\_dinteret\\_elevés](https://mbaye.info/2016/04/13/les-avatars-du-franc-cfa-flux-des-capitaux-et-regression-economique-en-afrique-francophone/2751#4_Des_taux_dinteret_elevés)

Service des archives économiques et financières. (2021). *La Caisse Centrale de Coopération Économique*. Ministère de l'Économie des Finances et de la Relance. Disponível em : <https://www.economie.gouv.fr/saef/caisse-centrale-cooperation-economique>. Acesso em: 16 de novembro de 2021

Trésor International (2019, 26 de setembro). *La Zone franc de 1939 à aujourd'hui*. Acesso em 8 de dezembro de 2021. Disponível em : <https://www.tresor.economie.gouv.fr/tresor-international/la-zone-franc/la-zone-franc-de-1939-a-aujourd-hui>.